

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
NÍVEL MESTRADO  
DIEGO FRUSCALSO DOS SANTOS

A INVENÇÃO DA CIBERDEMOCRACIA:  
O CONCEITO DE DEMOCRACIA NA ERA DO CIBERESPAÇO.

São Leopoldo  
2013

DIEGO FRUSCALSO DOS SANTOS

A INVENÇÃO DA CIBERDEMOCRACIA:  
O CONCEITO DE DEMOCRACIA NA ERA DO CIBERESPAÇO.

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Celso Candido Azambuja

São Leopoldo

2013

### Ficha Catalográfica

S237i Santos, Diego Fruscalso.

A invenção da ciberdemocracia: o conceito de democracia na era do ciberespaço / por Diego Fruscalso Santos. – 2013.  
85 f. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, 2013.

“Orientação: Prof. Dr. Celso Candido Azambuja, Ciências Humanas”.

1. Ciência política – Filosofia. 2. Ciberespaço. 3. Cibernética – Democracia. 4. Cibercultura. 5. Sociologia. I. Azambuja, Celso Candido. II. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. III. Título.

CDU 1:32

Catálogo na Publicação:  
Bibliotecária Camila Quaresma Martins - CRB 10/1790

DIEGO FRUSCALSO DOS SANTOS

A INVENÇÃO DA CIBERDEMOCRACIA:  
O CONCEITO DE DEMOCRACIA NA ERA DO CIBERESPAÇO.

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Aprovado em: 29/08/2013

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Celso Candido Azambuja - UNISINOS

---

Prof. Dr. Castor Marí Martin Bartolomé Ruiz - UNISINOS

---

Prof. Dr. Rodrigo Perla Martins - FEEVALE

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço aos meus pais Deoclides e Teresa e a minha irmã Tatiana por tudo que sou. Sem o apoio, orientação suporte e incentivo este trabalho não seria realizado.

Aos amigos Andreia Ribeiro e Carlos Mizdal que se fizeram presentes nesta dissertação. Meu muito obrigado, a amizade de você é inestimável.

E, por fim, a todos que mesmo não estando citado aqui, mas que de alguma forma ou de outra sempre estiveram comigo nesta jornada, meus agradecimentos por serem únicos em minha vida.

## RESUMO

O presente trabalho propõe uma discussão em torno do conceito de Democracia desde a antiguidade clássica até os dias atuais. Ela procura, principalmente, compreender a relação entre a democracia e o ciberespaço. Nesse contexto, buscamos responder a seguinte questão: Quais são as mudanças no conceito de Democracia a partir da emergência do ciberespaço? Em decorrência desse questionamento compete verificar se o exercício da ciberdemocracia é plausível e se o debate público virtual contribui para uma participação democrática dos cidadãos. Partindo de uma pesquisa qualitativa baseada em estudos bibliográficos, o trabalho foi estruturado em três partes: A primeira analisa o conceito de Democracia da antiga Atenas através do ponto de vista dos filósofos Platão e Aristóteles. Na segunda examinamos a democracia da modernidade. Nesse espaço encontramos a dificuldade física de reunir todos os cidadãos. Para superar esse impasse surge o conceito de Democracia representativa que é analisada por Benjamin Constant e Jean-Jacques Rousseau. Na terceira analisamos a democracia e a influência recebida da cibercultura, assim como também, as possibilidades para o exercício de uma democracia participativa. Dentre o material analisado há destaque para as publicações realizadas por Pierre Levy, uma vez que a sua obra é dedicada ao entendimento das implicações culturais e cognitivas das tecnologias digitais. Percebeu-se, após a análise, que o ciberespaço é um canal ininterrupto de comunicação que possibilita um espaço de debate público, uma espécie de Ágora Virtual. Ele modifica não apenas a vivência da democracia, transformando o ciberespaço em uma ferramenta para preservar as vontades dos cidadãos, mas também a própria compreensão do que hoje se pode entender por democracia.

**Palavras-chave:** Democracia, Cibercultura, Ciberdemocracia, Política, Espaço público.

## ABSTRACT

This work proposes a discussion on the concept of democracy from classical antiquity until now-a-days. It seeks, primarily, to understand the relationship between democracy and cyberspace. In this context, we seek to answer the following question: What are the changes in the concept of democracy from the emergence of cyberspace? As a result of this questioning ascertain whether the exercise of cyberdemocracy is plausible and if the virtual public debate contributes to democratic participation of citizens. From a qualitative research based on bibliographical studies, the work was divided in three parts: The first, analyzes the concept of democracy of ancient Athens through the point of view of the philosophers Plato and Aristotle. The second analyzes the democracy of modernity. In this space we find the physical difficulty of gathering all citizens. To overcome this impasse arises the concept of representative democracy that is analyzed by Benjamin Constant and Jean-Jacques Rousseau. In the third we analyze democracy and influence received cyberculture, as well as the possibilities for the exercise of participatory democracy. Among the materials showed there is emphasis on publications made by Pierre Levy, since his work is devoted to understanding the cognitive and cultural implications of digital technologies. It was noticed, after analysis, that cyberspace is a continuous channel of communication that allows a space for public debate, a kind of *Ágora Virtual*. It modifies not only the experience of democracy, turning cyberspace into a tool to preserve the wills of the citizens, but also to an understanding of what is today can understand by democracy.

**Keywords:** Democracy, Cyberculture, cyberdemocracy, Politics, Public Space.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1 - DEMOCRACIA NA ANTIGUIDADE</b> .....	<b>11</b>
1.1 - A INVENÇÃO DA DEMOCRACIA ATENIENSE.....	11
1.2 – O CONCEITO DE DEMOCRACIA EM PLATÃO E ARISTÓTELES.....	15
1.2.1 - A crítica de Platão .....	16
1.2.2 - A apreciação de Aristóteles .....	19
1.3 – O CONCEITO DE PÚBLICO E O PRIVADO NA ORGANIZAÇÃO DE ATENAS .....	20
<b>2 – O CONCEITO DE <i>DEMOCRACIA NA MODERNIDADE</i></b> .....	<b>26</b>
2.1 – ESPAÇO SOCIAL .....	27
2.2 - REVOLUÇÃO.....	29
2.3 - MUDOU A ORDEM DAS COISAS?.....	31
2.4 – ROUSSEAU, O DEMOCRATA POR EXCELÊNCIA .....	33
2.5 – A DEMOCRACIA MODERNA .....	35
2.5.1 – <i>A crítica de Rousseau</i> .....	37
2.5.2 - <i>Liberdade individual em relação ao Estado</i> .....	39
<b>3 - O CIBERESPAÇO E A DEMOCRACIA</b> .....	<b>42</b>
3.1 – CRIAÇÃO DA INTERNET.....	42
3.2 - POLÍTICA E AS LIGAÇÕES DOS ESTADOS .....	44
3.3 – CONSTRUINDO A CIBERDEMOCRACIA.....	47
3.3.1 - <i>As Comunidades Inteligentes</i> .....	48
3.4 - A <i>INTERNET</i> MOSTRA A SUA FORÇA.....	49
3.5 – FILTROS INVISÍVEIS? .....	52
3.5.1 - <i>Escolhas individuais</i> .....	52
3.5.2 - <i>Estados e a Criptografia</i> .....	54
3.6 - NASCE A CIBERDEMOCRACIA .....	56
3.7 – DINÂMICA DAS CIDADES INTELIGENTES.....	60
3.7.1 – <i>Governança Eletrônica</i> .....	61
3.7.2 - <i>Democracia: representativa e direta</i> .....	63
3.7.3 – <i>Novo Cidadão</i> .....	64

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICE - A / CRONOLOGIA DA REVOLUÇÃO FRANCESA .....</b>	<b>78</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXO – A / POPULAÇÃO MUNDIAL QUE ESTÃO ONLINE.....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXO – B / DOMICÍLIOS CONECTADO À INTERNET .....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXO – C / ‘SOCIEDADE 3.0’ E ‘GOVERNO 1.0’ .....</b>	<b>83</b>

## INTRODUÇÃO

No ano de 2002, o filósofo francês Pierre Lévy anunciou uma nova possibilidade para a democracia, a qual denominou de ciberdemocracia. Considerando as transformações contemporâneas da esfera pública, como resultado da expansão do ciberespaço e conhecendo as novas possibilidades de desenvolvimento que essas mudanças possibilitam para a democracia surge a intenção dessa monografia.

O trabalho "A Invenção da Ciberdemocracia: O Conceito de Democracia na Era do Ciberespaço" tem como tema o desenvolvimento do conceito de participação política através do ciberespaço. Nesse sentido, optou-se por analisar a democracia que apresenta diferentes variações e organizações. Traçou-se como objetivo principal desse estudo as mudanças no conceito de Democracia a partir da emergência do ciberespaço. Também são objetivos desta investigação: verificar se o exercício da ciberdemocracia é plausível e se o debate público virtual contribui para uma participação democrática dos cidadãos. Para tanto, convencionou-se que as bases conceituais perpassariam a antiguidade, modernidade e contemporaneidade para perceber alteração e a transformação do conceito de Democracia.

Nessa conjuntura iniciou-se, no primeiro capítulo, uma apreciação sobre a democracia na Antiguidade Clássica, mais precisamente na Grécia Antiga, através de uma análise dos pensamentos dos filósofos Platão e Aristóteles sobre o conceito de Democracia. Posteriormente, comparamos a relação existente nos conceitos do espaço público e privado em relação ao indivíduo buscando os escritos de Hannah Arendt. Que apresentou a *pólis* e a *oikia*, como espaços muito distintos.

Tendo em vista que na filosofia e na história mundial, no período medieval até a modernidade, não encontramos Estados democráticos, damos um salto para a Revolução Francesa, na qual os ideais e as discussões democráticas ganharam novas formas.

No segundo capítulo, apresentamos o conceito de Democracia interagindo com o liberalismo durante a Revolução Francesa. Arendt aborda o surgimento de um novo espaço caracterizado como social. Diferentemente dos moldes atenienses, René Rémond e Benjamin Constant destacam que a liberdade individual consolidou uma nova aparência, baseada na representação e no sufrágio universal. O filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau censura o conceito de Democracia abordando a personificação do legislador e do executor das leis.

Por fim, analisamos a contemporaneidade, através do filósofo Pierre Lévy. Em suas obras (2000, 2003 e 2010) podemos examinar as novas características da democracia. De tal maneira, percebemos que as tecnologias foram utilizadas para conectar as pessoas, propiciar uma rede global de desenvolvimento. Nessa conjuntura, diversos Estados se organizaram em “Blocos Econômicos”, objetivando um desenvolvimento comum das nações. Além disso, novos espaços tecnológicos, como ciberespaço, as redes sociais e sua interpenetração nas questões de ordem política dos Estados representam alterações nas formas de se fazer e vivenciar a democracia. Transformando-se em revoluções cibernéticas, que mesmo encontrando barreiras virtuais, desenvolvem métodos para sucumbi-las. Com base nesse enfoque, através de uma pesquisa qualitativa que se utilizou de estudos bibliográficos, foi possível contextualizar o conceito de Democracia e a possibilidade da deliberação coletiva.

## 1 - DEMOCRACIA NA ANTIGUIDADE

Dissertar sobre democracia na Grécia antiga segundo Held (2009) não é literalmente escrever sobre democracia para os gregos é sim, tratar sobre a democracia dos atenienses. Tendo em vista que os gregos estavam organizados em Cidades-Estados, ou seja, cada cidade era autônoma e independente, com seus cultos particulares, seus regimes políticos e divindades, possuíam apenas em comum o mesmo idioma e a religião politeísta. Já que, cada Cidade-Estado possuía uma forma de governo, podemos destacar que no início todas as *pólis* gregas eram monarquias. Entretanto, os reis não perpetuaram e foram substituídos por tiranos e autocratas. Os Espartanos eram de natureza militar organizaram-se como uma oligarquia, e os Atenienses, segundo Anderson, representaram o “exemplo da democracia grega” (ANDERSON, 2000, p. 28). Partindo desses princípios nos deteremos no contexto de Atenas.

### 1.1 - A INVENÇÃO DA DEMOCRACIA ATENIENSE.

A cidade de Atenas, segundo Anderson (2000), foi fundada pelos jônios por volta do século X a.C. próximo ao mar. Aproveitando as características geográficas da região, os atenienses, desde o princípio, se dedicaram à pesca, à navegação e ao comércio marítimo, desenvolvendo uma importante indústria naval. Inicialmente a organização política estava a cargo de uma aristocracia denominada de Eupátridas<sup>1</sup>. Somente esses podiam participar da vida pública, ocupando cargos administrativos. Essa condição provocava insatisfação nos demais membros da sociedade, entre os quais se destacavam artesãos, comerciantes, soldados e camponeses. Hegel (2008) afirma, que nessas condições já existia uma constituição, entretanto, ela “ainda não havia se tornado um elemento vivo” (HEGEL, 2008, p. 218), ou seja, não possuía significado para os atenienses.

---

<sup>1</sup> Significa "filhos de pais nobres" ou "bem-nascidos" refere-se à antiga nobreza.

Após importantes reformas governamentais, Anderson destaca que Clístenes (507 a.C.) assegurou a soberania do povo no governo fazendo nascer assim a democracia. Por essa realização, Clístenes é considerado “o pai da democracia ateniense”. Os principais mecanismos da nato democracia eram a “Assembleia do Povo” (*Ekklésia*) e o “Conselho dos Quinhentos” (*Boulé*). Nesta ordem política faz-se necessário mencionar também o “Estratego”, cada um desses possuía as suas competências: A Assembleia do Povo deliberava sobre a aprovação de leis, escolhia os magistrados e onde o dinheiro público deveria ser aplicado, faziam parte dela todos os cidadãos, ou seja, homens com mais de 18 anos, filho de pais atenienses. O Conselho dos Quinhentos era composto por 500 cidadãos, independente de sua condição financeira; eram escolhidos através de um sorteio a cada ano, tinham como responsabilidade desenvolver os projetos que seriam tramitados na *Ekklésia*. Se o projeto fosse aprovado, deveria ser executado pelos Estrategos, os quais dez cidadãos eleitos pela Assembleia do Povo para um mandato de um ano.

Com o que foi citado acima, questionamo-nos. Como podemos definir o cidadão? O conceito “Cidadão” necessita ser explorado para assim compreendê-lo contextualmente. Aristóteles define cidadão como aquele que possui direito de administrar a justiça e exercer função pública. A participação em função jurídica ou deliberativa podem ser vistas no seguinte fragmento:

Em uma palavra, cidadão é aquele que pode ser juiz e magistrado. [...] o que é cidadão: aquele que tem uma parte legal na autoridade deliberativa e na autoridade judiciária – eis o que chamamos cidadão da cidade assim constituída. (ARISTÓTELES, 2009, p. 80 e 87, 1275b – 1276a).

Aristóteles sustenta que mulheres, escravos e crianças não são cidadãos por não possuir capacidade de deliberar e assim não poderiam participar do governo. podemos verificar isso no trecho:

[...] E isso nos conduz à alma. Ela tem duas parte: uma, que ordena, a outra, que obedece – e as suas qualidades são bem diversas. Esta harmonia se encontra evidentemente nos seres, e assim destinou a natureza parte dentre eles a mandar e parte a obedecer.

O homem livre ordena ao escravo de um modo diferente do marido à mulher, do pai ao filho. Os elementos da alma estão em cada um desses seres, mas em graus diferentes. O escravo é completamente

privado da faculdade de querer; a mulher a tem, mas fraca; a do filho é incompleta. (ARISTÓTELES, 2009, p. 35, 1260a).

Brevemente Aristóteles exclui a cidadania aos estrangeiros lembrando, que eles necessitavam de um fiador para desenvolverem relações de comércio. Cabe ainda mencionar que, para Aristóteles, a definição de cidadão condiz com o regime democrático. Não pode ser aplicado em outros sistemas de governo, pois elas diferem umas das outras. Assim Aristóteles destaca que:

Ora sabemos que as formas de governo diferem de espécie relativamente umas às outras. Estas tem superioridade, aquelas a inferioridade. Porque é necessário que as que não são defeituosas ou que tenham sofrido qualquer alteração estejam colocadas abaixo daquelas nas quais nada se encontra para criticar. [...] Disso resulta claramente que o cidadão não é o mesmo em todas as formas de governo; e que, por isso, é na democracia, principalmente, que ele se adapta à nossa definição. (ARISTÓTELES, 2009, p. 81, 1275b).

Resumidamente o historiador Pedro Paulo Funari define o conceito de cidadão para os atenienses nas seguintes palavras:

Em Atenas, eram considerados cidadãos apenas os homens adultos (com mais de 18 anos de idade) nascidos de pai e mãe atenienses. Apenas pessoas com esses atributos podiam participar do governo democrático ateniense, o regime político do “povo soberano”. (FUNARI, 2006, p. 36)

Todavia, a democracia ateniense só ia conhecer seu esplendor com Péricles (495-429 a.C.). Hegel (2008) destaca que Péricles tornou a constituição mais democrática, afastou-se das festas e banquetes e desapareceu da vida privada para se dedicar à vida pública. Ainda, segundo Hegel, procurando ser útil ao seu país, Aristófanes<sup>2</sup> chamava-o de “Zeus de Atenas”. “Ele transmitia ser um homem inteiramente nobre e voltado para o bem do Estado.” (HEGEL, 2008, p. 218)

Funari (2006) expõe que, com Péricles, a organização política foi aprimorada. Ele permitiu que as classes mais pobres pudessem participar da política, deixando as suas ocupações, pois foi criado um sistema de remuneração que fornecia renda aos participantes das assembleias. Além disso, organizou um tribunal popular para julgar todas as espécies de causas. Nesse tribunal o próprio júri fazia o papel de juiz. Procurando representar

---

<sup>2</sup> Foi um dramaturgo de Atenas, também conhecido como o “Pai da Comédia”.

fisicamente as mudanças que Atenas vivenciava, Péricles ordenou a construção de diversos edifícios, entre os quais destaca-se o Partenon<sup>3</sup>.

Os ideais e os objetivos da democracia ateniense podem ser verificados em um discurso que Péricles proclamou. Segundo Hegel (2008) ele foi realizado no funeral do segundo ano da Guerra do Peloponeso<sup>4</sup> (431 - 404 a.C.) e registrado pelo historiador Tucídides (460 - 395 a.C.). Como se trata de um pronunciamento realizado para homenagear os soldados Atenienses, que tombaram no campo de batalha, tal discurso ficou conhecido como a oração fúnebre de Péricles. Segundo Held (2009), há duas passagens que merecem ser analisadas:

Temos um regime que nada tem a invejar das leis estrangeiras. Somos, antes, exemplos que imitadores. Nominalmente, como as coisas não dependem de uma minoria, mas, ao contrário, da maioria, o regime se denomina democracia. No entanto, se, em matéria de divergências particulares, a igualdade de todos diante da lei é assegurada, cada um, em virtude das honras devidas à posição ocupada, é julgado naquilo que pode ocasionar sua distinção: no que se refere à vida pública, as origens sociais contam menos que o mérito, sem que a pobreza dificulte a alguém servir à cidade por causa da humildade de sua posição. Vivemos em liberdade, não somente em termos de vida política, mas também quotidiana, em tudo o que uns possam pensar sobre os outros. Não nos encolerizamos contra o próximo se este se diverte com o que quer que seja; evitamos os trotes, desagradáveis de se ver, embora inofensivos. Mas, por mais tolerantes que sejamos nas relações particulares, recusamos absolutamente, nas questões públicas, fazer algo de ilegal – teríamos medo! Damos ouvido àqueles que se sucedem nas magistraturas, às leis e especialmente àquelas criadas para proteger as vítimas e àquelas leis não escritas que merecem respeito unânime. [...]

Uma pessoa pode, ao mesmo tempo ocupar-se de seus assuntos e dos do Estado e a multiplicidade das ocupações não impede o julgamento dos assuntos públicos. Somos os únicos a taxar, efetivamente aqueles que não fazem parte dos ativos, mas dos inúteis. E, naquilo que nos concerne, julgamos raciocinar corretamente em política. Cremos que a palavra não prejudica a ação e, quando puder prejudicar, será o caso de não se basear antes na palavra, mas sim de passar aos atos para realizar o necessário. (TUCÍDIDES, 2009, p. 94 - 95)

---

<sup>3</sup> Foi o templo da deusa Atena, protetora da cidade-estado de Atenas.

<sup>4</sup> Conflito militar travado entre as duas principais cidades-estados da Grécia antiga, Atenas e Esparta. Cada uma estava à frente de alianças que, entre eles, incluídos quase todas as cidades-estados gregas. A luta que envolveu praticamente todo o mundo grego, e foi relatada pelo historiador Tucídides (460 - 395 a.C.).

Partindo desse discurso, podemos verificar alguns pontos importantes. Held (2009) afirma que Péricles demonstra, em seu discurso, que em Atenas todos os cidadãos podem e devem participar do desenvolvimento da vida comunitária. Para tanto, os cidadãos não devem encontrar nenhum obstáculo que se baseie em riqueza. O povo era soberano e possuía poder legislativo e judiciário. Assim, ser cidadão segundo a concepção ateniense, implicava participar diretamente dos assuntos do Estado, como destacou Péricles “Somos os únicos a taxar, efetivamente, aqueles que não fazem parte dos ativos (atividade pública), mas dos inúteis.” (TUCÍDIDES, 2009, p. 95)

Funari (2006) ressalta a participação dos cidadãos de Atenas através de alguns números:

Em 431 a.C. havia cerca de 42 mil cidadãos com direito de comparecer à assembleia, mas a praça de reuniões não comportava esse número de homens. As reuniões podiam ocorrer na praça do mercado, a Ágora, quando o número de presentes fosse muito grande. Normalmente reuniam-se em uma colina, na praça Pnxi, em até 25 mil pessoas. Assim, embora houvesse 42 mil cidadãos, nunca mais de 25 mil votavam e, em geral, muito menos pessoas tomavam parte da democracia direta. (p. 36)

Assim, podemos destacar que em Atenas todo cidadão poderia se apresentar pessoalmente na Assembleia para votar sobre diferentes assuntos da vida pública. A democracia era direta, ou seja, não havia representação, o povo atuava, sem intermediários, segundo os seus interesses. Em contradição aos números destacados por Funari, Held (2009) afirma que a democracia ateniense era caracterizada por um comprometimento generalizado das virtudes cívicas, que seria uma dedicação à cidade-estado. Nesse contexto, desenvolve-se uma subordinação da vida privada para o íntegro desenvolvimento dos assuntos públicos.

## 1.2 – O CONCEITO DE DEMOCRACIA EM PLATÃO E ARISTÓTELES.

Para desenvolver um olhar sobre o conceito de Democracia é conveniente verificar as ideias de Platão e Aristóteles. Segundo Funari (2006), para a teoria política, o termo democracia surge na Grécia Antiga, com o significado de *demos* = povo, *Kratein* = governo, isto é, o “governo do povo”; caberá, nesse momento, caracterizar as ideologias desenvolvidas em sua

essência pelos filósofos Platão em sua obra “A República” e Aristóteles que escreveu “A Política”.

### **1.2.1 - A crítica de Platão**

A democracia conhecida por Platão fora maculada por fatos relevantes para a sua interpretação. Held (2009) apresenta, primeiramente, a derrota de Atenas na Guerra do Peloponeso, que provocou a decadência da cidade. Posteriormente, leva-se em consideração que os padrões de moralidade, liberdade e justiça entraram em declínio, culminando com o julgamento e a morte de Sócrates em 399 a.C.. Com isso, Platão assimilou a ideia de que o controle político da cidade deveria permanecer nas mãos de uma minoria. Para defender essa teoria, Platão analisa quatro tipos de constituição, são elas: timocracia (sistema de governo baseado na aristocracia militar de Esparta), oligarquia (governo dos ricos), democracia (governo dos pobres) e tirania (governo de um único ditador).

Em Platão, encontramos uma contradição como o conceito, “governo do povo”, que é apresentado por Funari (2006). Para Platão (2006), a democracia seria o “governo dos pobres”. Como tal, o pobre desenvolve suas leis segundo a sua conveniência. As leis, por sua vez, são desenvolvidas conforme convém aos mais fortes, ao grupo predominante. Com isso, Platão define que todos os tipos de governo podem cometer algum erro, pois é apropriado decretar aquilo que lhe convém e ser ineficiente com o que lhe pode prejudicar. Além disso, Platão destaca que toda a forma de governo surge da decadência de uma antecessora, logo, a democracia é decorrente da decadência da Oligarquia. Platão afirma que o governo democrático não pode surgir de nenhum outro governo que não seja da oligarquia (Platão p. 333, 562b). Isso ocorrerá no governo oligárquico, no momento em que os ricos se encontrarem em falência, vendendo tudo para saldar as suas dívidas. Assim, quando os pobres superam em quantidade o percentual de ricos, a revolta eclodirá e conceberá uma nova forma de governo, a democracia.

Para caracterizar as deformidades existentes na democracia, Platão se utiliza da metáfora do patrão do navio, disponível no livro “VI” da obra “A

República”. Acreditamos ser conveniente reproduzi-la para a melhor compreensão da crítica de Platão:

Um dono do navio que, em tamanho e robustez, é superior a todos os que estão no navio, mas um tanto surdo e também de vista curta, conhecimentos de arte náutica são também curtos; marinheiros em dissensão uns com outros a respeito da pilotagem, cada um julgando que é ele quem deve pilotar, embora jamais tenha aprendido essa arte nem seja capaz de apontar quem foi seu mestre nem quando a aprendeu, afirmando, além do mais, que ela não é a coisa que possa ser ensinada e prontos a pôr em pedaços quem disser que ela pode ser ensinada. Eles continuamente cercam o dono do navio com exigência, tudo fazendo para que ele lhes entregue o timão e, às vezes, não conseguindo persuadi-lo, mas outros sim, uns ou matando os outros ou jogando –os fora do navio, imobilizam o bom do dono do navio com a mandrágora, com a embriaguez ou com outro meio qualquer, comandam o navio, tomam posse da carga e, bebendo e banqueteadando-se, como se pode esperar deles, vão navegando... Além disso, elogiam, tratam como marinheiro, como piloto e como conhecedor da arte náutica quem é capaz de contribuir para que obtenham o comando, seja persuadindo o dono do navio ou exercendo violência sobre ele, mas ao que não é capaz disso censuram como imprestável. A respeito do autêntico piloto, nem querem ouvir que forçosamente ele deve preocupar-se com ciclos do tempo, estações, céu, astros, ventos e com tudo o mais que diz respeito à arte, caso realmente queira chegar a ficar à altura de um comandante de navio. Quanto a como irá pilotar, com ou sem a permissão de alguns, julgam que não lhes será possível conseguir essa arte e prática [e ao mesmo tempo a arte da pilotagem]. Se é isso que acontece nos navios, não achas que realmente, em tais condições, um verdadeiro piloto seria considerado pelos marujos de navios como um estreitador de astros? Um tagarela e imprestável? (Platão, 2006, p. 231-232, 488a)

Para o entendimento da metáfora acima, é conveniente decodificar as comparações aplicadas. O navio representa a cidade, o dono do navio simboliza o povo, os marinheiros desempenham o papel dos políticos, a desordem reproduz a luta pelo poder, a corrupção; o piloto personifica o governante que possui a habilidade necessária e a experiência para governar. (PLATÃO, 2006, p. 264)

A partir disso, podemos interpretar que Platão encara a cidade como propriedade da população. Ela, embora seja numerosa, não possui a competência administrativa para conduzir a cidade. Perante essa condição, os políticos, que não possuem instrução administrativa, não concordam sobre quem deve guiar a cidade. Ao invés disso, confabulam para a população entregar o comando da cidade. Platão destaca que, quando os políticos atingem o seu objetivo eles conduzem a cidade segundo os seus desejos,

valorizando os que confraternizam com eles dos mesmos preceitos. Enquanto isso, o governante ideal é desprezado. Ele, por sua vez, aceita o desejo da população, não se oferecendo para governar.

O Estado democrático apresentado por Platão possui uma compilação de indivíduos dos mais diferentes gêneros, cujas características motivam muita gente que “ao ver o seu colorido, [...] a tivesse como belíssima” (Platão, 2006, p. 326, 557c). Cabe ressaltar que essa particularidade é propícia, devido à liberdade, para a seleção de uma constituição. Para Platão, o povo “na democracia, é mais numeroso e tem poder decisório, quando está em assembleia” (Platão, p. 338, 565a). Em continuidade, ele relata que a sociedade democrática valoriza a liberdade, logo não há melhor lugar para viver, assim “só nela deve morar quem é livre por nascimento” (Platão, 2006, p. 334, 562c). No entanto cabe ressaltar que, para Platão, deve haver cautela, pois liberdade excessiva causa servidão para o indivíduo e para a sociedade.

Held destaca que para Platão as exigências de liberdade e igualdade política são também incompatíveis com a manutenção da ordem, da autoridade e da estabilidade. Quando as pessoas são livres para fazer o que querem e exigem direitos iguais, independentemente de suas habilidades e contribuições, o resultado, em curto prazo é a criação de uma sociedade atraente. Contudo, em longo prazo, seu efeito é o predomínio da permissividade, tal sentimento corrói o respeito para com as autoridades morais e políticas. Como resultado, a união da sociedade é abandonada, a vida política torna-se fragmentada com disputas entre bancadas políticas. Com isso, surgem conflitos internos pois, ao invés dos políticos trabalharem pelos interesses da população, eles lutam pelos interesses das bancadas. Ao longo das lutas, surgem líderes que se propõem defender as causas particulares de cada grupo, por serem populares solicitam uma guarda pessoal para a sua proteção. Com a força de guerreiros, estavam prestes a dominar a cidade. Prometendo acabar com as disputas, assumem o poder e se transformam em tirano, dedicando-se somente aos seus interesses.

Em resumo, a liberdade pode ser benéfica para o Estado democrático ao ponto de dar autonomia de escolher qual constituição deverá ser adotada. Igualmente ela também pode ser maléfica, pois a liberdade pode gerar uma

anarquia, na falta de submissão às hierarquias, a familiares, a patronais e a governamentais. Partindo da decadência da democracia surge segundo Platão, uma nova forma de governo, a “tirania” (p. 334).

### **1.2.2 - A apreciação de Aristóteles**

Segundo Cunningham, Aristóteles buscou descrever e esboçar as histórias de todos os sistemas políticos de sua época. Partindo dessa premissa, ele define em poucas palavras que: “governo é autoridade suprema no Estado e que forçosamente essa autoridade suprema deve repousar nas mãos de um só, ou de vários, ou de uma multidão” (ARISTÓTELES, 2009, p. 92, 1279a), podendo assim exercer sua autoridade em benefício próprio ou em favor da comunidade. Para Aristóteles, uma boa comunidade promove o bem para todos os seus membros, possibilitando aos indivíduos, segundo Cunningham, “exercerem seus potenciais próprios e também levar vidas virtuosas e realizadas” (CUNNINGHAM, 2009, p. 15).

Tal proposta faz com que Aristóteles identifique seis formas de governo: realeza (em que uma pessoa governa para o interesse geral), tirania (um desvio da realeza, em que uma pessoa exerce um poder despótico), aristocracia (governo de um grupo de homens que governam para a maioria), oligarquia (um desvio da aristocracia, assumem o poder os que possuem fortuna), república (governo em que a multidão governa no sentido do interesse geral), democracia (um desvio da república que só privilegia os interesses dos pobres). Seguindo as ideias de seu mestre, Aristóteles confirma que um sistema governamental só pode surgir de outro que degenera. Assim, para Aristóteles, a democracia surge de um desvio da república (ARISTÓTELES, 2009, p. 93, 1279a-b).

Aristóteles reafirma a ideia de Platão, de que a democracia é o “governo dos pobres”. Expondo as seguintes afirmações:

[...] a democracia existe unicamente em todo o Estado em que a multidão é soberana [...] existe a democracia quando o poder soberano está nas mãos dos homens livres [...] a democracia só existe quando os cidadãos livres e pobres formando a maioria, são senhores do governo. (ARISTÓTELES, 2009, p. 124 – 125, 1290a-b)

Aristóteles ratifica a teoria de Platão e propõe uma emenda, reorganizando a definição de democracia como o Estado em que os “cidadãos livres e pobres, formando a maioria, são senhores do governo” (ARISTÓTELES, 2009, p. 125, 1290b). Aristóteles afirma que ocorrendo a administração de uma minoria rica, ela seria um governo oligárquico.

Além disso, destaca-se que, para Aristóteles, os costumes são os fundamentos mais preciosos da democracia, pois é a partir deles que se baseiam os governantes. Quanto mais puros são os hábitos de uma sociedade, mais corretos serão os chefes desse Estado (ARISTÓTELES, 2009, p. 267, 1337a). Assim, uma sociedade, necessariamente, vai possuir governantes que reflitam as próprias características.

Continuando a verificar a organização política, para Aristóteles, a democracia se divide em quatro espécies distintas. Na primeira, a igualdade entre os indivíduos é o princípio básico, o povo constitui a porção mais numerosa do Estado, sendo a opinião dele a autoridade no governo. A segunda favorece, com o direito ao voto, todos os que forem dignos por nascimento e que não trabalhem. Na terceira espécie, é admitido, no governo, todos os que forem livres, contudo não lhe fornece nenhuma possibilidade de acumular riquezas para favorecer o cumprimento das leis. A quarta espécie exige a igualdade absoluta desenvolvendo leis idênticas para pobres e ricos. Porém, Aristóteles adverte que esse tipo de organização política pode ser um antro de demagogos, pois as leis não possuem força. Nesse contexto, o povo se torna tirano e o governo se transforma em tirania (ARISTÓTELES, 2009, p. 128 – 130, 1291b – 1292a).

### 1.3 – O CONCEITO DE PÚBLICO E O PRIVADO NA ORGANIZAÇÃO DE ATENAS

Toda a atividade humana, segundo Arendt, é condicionada pela relação entre os homens. E que essa não pode ocorrer fora de um espaço. Sendo a ação um ato plural, essa é uma faculdade do “homem que é por

natureza um ser político, isto é, social.”<sup>5</sup> Para Hannah Arendt, a democracia grega criou espaços muito originais: o espaço da *pólis* e o espaço da *oikia*<sup>6</sup>, onde não existia o espaço da sociedade. Para Arendt (2011) existia o espaço da *oikia*, que era o espaço onde não havia democracia, não havia política, porque havia um governo da vida, um governo autoritário. O espaço da *oikia* é o espaço da desigualdade natural onde as pessoas estavam desigualmente hierarquizadas. A partir de agora, vamos verificar a organização da *oikia* e da *pólis*.<sup>7</sup>

A *oikia* era o centro da vida do núcleo familiar. Como líder da família encontrou o *paterfamilias*<sup>8</sup>, que possuía autoridade sobre todos os membros da casa. Como exemplo das faculdades do chefe familiar, podemos destacar que era de praxe que, ao nascer, uma criança, fosse entregue ao patriarca, se esse recusasse o nato, a família o abandonava (FUNARI, 2006). Assim o ato de enjeitar não constituía apenas em o indivíduo não ser aceito na família, mas a concepção de um apátrida. Entre outras distinções do governo familiar, destaca-se a soberania do *paterfamilias* perante a casa, os escravos e todos os seus familiares. Ou seja, tudo que estava sobre o manto do *paterfamilias*, sobre o teto de sua casa, entre os limites que cercavam a propriedade era de seu domínio. Aristóteles (2009) caracteriza essa relação da seguinte forma:

Os elementos da economia doméstica são exatamente os da família, a qual, para ser completa, deve compreender escravos e indivíduos livres, mas para se submeter a um exame separado as partes primitivas e indecomponíveis, sabendo-se que na família elas são o senhor e o escravo, o marido e a mulher, os pais e os filhos [...]

---

<sup>5</sup> São Tomás de Aquino apud Arendt, 2011. p. 27. Arendt (2011) decorre sobre a tradução latina da declaração de Aristóteles “o homem é um animal *zoon politikon*” (animal social). Esta foi interpretada erroneamente pelos comentadores que afirmavam que o homem é um animal social, quando na verdade, o que Aristóteles assegura é que o homem é um animal político. Algo que fora retificado por São Tomás de Aquino na obra *Index Rerum*, edição de Turim de 1922.

<sup>6</sup> Era a casa o núcleo privado, o centro da vida a economia doméstica. (FUNARI, 2006, p. 51)

<sup>7</sup> Segundo Funari (2006), havia grandes diferenças entre o estilo de vida da elite e dos mais humildes; cabe salientar que os mais humildes eram a grande maioria da população, sendo a família nuclear composta por pai, mãe e filhos. Nesse trabalho iremos nos deter às prerrogativas envolvendo a elite, tendo em vista que são muitos os detalhes de cada grupo. Entretanto, alguns dos aspectos que serão destacados também podem ser percebidos nos grupos mais humildes em igual ou menor conotação.

<sup>8</sup> Era o patriarca, “pai de família”, proprietário de todos os bens: [...] escravos animais, edifícios, terras e tudo girava em torno dele, [...] exerce autoridade preponderante. (FUNARI, 2006, p. 99)

Temos, de um lado, a autoridade do senhor, depois a autoridade marital (não encontramos um termo específico para exprimir a relação do homem para com a mulher), e em terceiro lugar a procriação dos filhos (para a qual tampouco encontramos uma denominação própria). (ARISTÓTELES, 2009, p. 17, 1253b).

Arendt argumenta que o conceito de governar e de ser governado que vivenciamos é totalmente distinto do que era vivenciado na antiguidade clássica. O chefe da família administrava a casa em favor de seus membros, promovendo a justiça dentro dela, ficando claro que havia duas leis: a lei política, da justiça pública, e a lei doméstica, logo, o público não violava o privado, tendo em vista que esse era visto como sagrado, a menos que a *oikia* interferisse na *pólis*. É nesse contexto que o sujeito não pode se desvincular do lar, pois esse lhe concedia o amparo necessário para o exercício da cidadania. A *oikia* protegia os seus membros e facultava a condição cívica, para que os homens participassem da *pólis*. Ou seja, sem o vínculo com a *oikia*, o sujeito era entendido, codificado como um apátrida.

Arendt afirma que o processo de conservação da espécie se dividia em dois campos. Um destinado aos homens e outro próprio para as mulheres. Ao homem competia a manutenção da espécie através do trabalho, para produzir o sustento da família. Em equivalência, a mulher responderia pela sobrevivência da espécie, pois o seu trabalho era no parto.

Funari (2006) destaca que a *oikia* além de facultar a pátria promovia a conservação da espécie:

[...]os gregos acreditavam que o sêmen encontrava na mulher apenas um terreno para que se desenvolvesse e uma criança fosse produzida. *Sperma*, em grego, quer dizer sêmen e semente e, por analogia com o que passa na sementeira, os gregos consideravam que a mulher fosse a terra fertilizada pela semente dos maridos, introduzidas por seu “arado”. Não é à toa que Gé (a terra) era uma deusa e, como em português “terra” em grego é uma palavra feminina. (FUNARI, 2006, p. 46)

Assim, a família, o âmbito privado era o elo do indivíduo com a sociedade, com o público. Contudo, havia um ser que coabitava diversas instâncias da sociedade grega, em condição diferenciada, esse era o escravo. Aristóteles (2009) destaca que “o escravo só serve para facilitar o uso” (ARISTÓTELES, 2009, p. 19, 1254a), ou seja, ele é um instrumento, uma

propriedade que existe para facilitar a vida do senhor. Perante essa perspectiva, Arendt relata que ser escravo era estar sujeito à violência praticada pelos homens. Era viver infeliz, pois a liberdade era sinônimo de felicidade. Arendt (2011) explica que essa infelicidade era “independente do efetivo bem-estar subjetivo do escravo” (ARENDR, 2011, p. 37), pois o fato de se sujeitar à violência, submeter sua saúde, suas necessidades físicas aos desejos de outo era definido como ser infeliz.

O contexto da servidão na sociedade grega possibilitou inúmeras condições de escravos. No caso dos escravos domésticos, nessa realizavam algumas atividades que possibilitavam o acúmulo de riquezas, algo que para os padrões atuais seria classificado como *status* superior. Algumas atividades, segundo Arendt, no campo das artes e das ciências favoreciam aos cativos a prosperidade e educação.

Para Anderson, o escravo apresenta-se como as bases da *pólis*:

Em seus termos mais amplos, a escravidão era fundamental para a civilização grega, no sentido em que sua abolição e a substituição do trabalho livre, se a alguém tal houvesse ocorrido, teria deslocado toda a sociedade e suprimindo o ócio das classes mais altas de Atenas e Esparta. (p. 35)

Além de uma ocupação regular, os escravos possuíam a garantia de subsistência. Ainda que alguns homens livres vivessem em condição inferior, eles não aceitavam trocar a sua liberdade por melhores condições de vida, tendo em vista que “não possuir lugar privado próprio [...] significava deixar de ser humano” (ARENDR, 2011, p. 78).

Aristóteles vai associar a inferioridade do escravo perante o senhor fazendo uma relação com os animais domésticos. Essa poder ser evidenciada no seguinte trecho:

A utilidade dos escravos é mais ou menos a mesma dos animais domésticos: ajudam-nos com força física em nossa necessidade cotidiana. A própria natureza parece querer dotar de características diferentes os corpos dos homens livres e dos escravos. Uns, com efeito, são fortes para o trabalho ao qual se destinam; os outros são perfeitamente inúteis para serviços semelhantes, mas são úteis para a vida civil [...] (ARISTÓTELES, 2009, p. 20, 1254b).

Partindo do preceito que é da condição do homem ser político, ingressamos agora nas conjunturas do público, ou seja, nas relações políticas desenvolvidas na Cidade-Estado. Inicia-se essa análise pelas palavras de Arendt; ela afirma que “a vida no lar existe em função da “vida boa” na *pólis*” (ARENDR, 1990, p. 45). Essa afirmação corrobora com a ideia de que a vida privada oportuniza ao cidadão a participação na vida pública, ou seja, sem a casa o homem não poderia participar do mundo, pois era a instituição da *oikia*, como já foi dito que lhe fornecia a condição de cidadão. Como o lar desenvolvia as premissas de uma organização política, encontramos na esfera pública a necessidade de que os seus membros se organizassem tal qual uma enorme família, que tem uma opinião e os mesmos interesses.

Para Arendt, a *pólis* é o espaço no qual se estrutura a bios. Nesse local não predomina o princípio da administração da vida, que está presentes na *oikia*, pelo contrário, está organizado pela participação de todos como sujeitos autônomos. A *pólis* é o espaço em que o sujeito se governa por si mesmo, espaço em que existe isonomia entre os indivíduos. É um espaço público não submetido às leis da natureza humana. Perante esse contexto, podemos constatar que na *pólis* todos são iguais e a desigualdade natural da *oikia* não existe. O espaço público se constrói sob o preceito de que todos os participantes são iguais.

Arendt (2011) destaca o preceitos de igualdade:

A pólis diferenciava-se do lar pelo fato de só conhecer “igualdade”, ao passo que o lar era o centro da mais severa desigualdade. [...] A igualdade [...] era a própria essência da liberdade: ser livre significava ser isento da desigualdade presente no ato de governar e mover-se em uma esfera na qual não existiam governar nem ser governado. (ARENDR, 2011, p. 39)

Os gregos encaravam os âmbitos públicos e privados como algo distinto. Enfim, os assuntos públicos diferenciavam-se do que era privado. Pois, “o que fosse econômico, relacionado com a vida do indivíduo e a soberania da espécie, não era assunto político, mas doméstico”. (ARENDR, 2011, p. 35).

Hegel (2008) também relatou que:

Em Atenas existia uma liberdade viva e uma viva igualdade de costumes e de formação espiritual, e mesmo que houvesse uma desigualdade de bens, a mesma não atingia extremos. Perante essa igualdade, e dentro dessa liberdade, toda desigualdade pudera se fazer valer e tirar do seu meio os mais ricos estímulos para o desenvolvimento. (p. 218)

Com isso, constatamos que, na liberdade, encontramos, segundo Funari, os três principais direitos dos cidadãos, “liberdade individual, igualdade com relação aos outros cidadãos perante a lei e o direito a falar na assembleia” (2006, p. 36).

Nesse contexto, podemos concluir que, para Arendt (2011), a *pólis* se constitui um espaço de liberdade. E para que o indivíduo possa participar desse recinto, é necessário que possua uma casa, caso contrário ele não poderia participar das negociações de interesse da sociedade, do mundo, pois não possuía um lugar que lhe pertencesse. Se por um lado a convivência na *oikia*, em família é algo natural; por outro, ele se faz necessário, condiciona o indivíduo para ingressar na *pólis*. Nesse contexto, a *oikia* é um espaço de necessidade enquanto a *pólis* se apresenta como um espaço de liberdade. Já na modernidade, apareceu um terceiro espaço que não existia na Grécia, que é o espaço social. Esse será analisado no próximo capítulo, em que será tratado do tema da economia política.

## 2 – O CONCEITO DE *DEMOCRACIA NA MODERNIDADE*.

A Revolução Francesa é o clímax que inicia a história do século XIX. E impulsiona a construção do conceito de Democracia na modernidade. Daremos esse salto historiográfico, pois a Revolução Francesa apresenta um marco universal na discussão sobre a democracia, buscando assegurar os direitos do indivíduo e do povo, em relação ao Estado. O clímax é a Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão de 1789. Para uma análise adequada, se faz necessária uma apreciação que ultrapasse a perspectiva francesa e confronte os acontecimentos anteriores, colaterais e posteriores à revolução.

Dentre os acontecimentos que precederam a Revolução Francesa, destaca-se a independência das treze colônias inglesas, ocorrida entre 1775 e 1783 e que se apresentou como um movimento de libertação externa e uma reavaliação dos fundamentos dos moldes tradicionais de governo. Segundo Rémond (1974 - A), o caráter revolucionário acentuou-se ao longo dos anos de guerra, entretanto, no primeiro momento, não havia o interesse de desvincular-se da metrópole. Como quase sempre acontece no decorrer de uma crise, os elementos externos, as ideias de liberdade se afirmaram e contribuíram para que as treze colônias inglesas se declarassem independentes. Na mesma sintonia as ideias de liberdade influenciaram a Revolução Francesa.

Paralelo à Insurreição Francesa, Rémond (1974 - A) destaca o acontecimento de outras agitações que se fomentaram por contágio ou influência do levante francês, sendo essas as revoluções nos países renanos<sup>9</sup>, na Itália. Por toda a Europa ocorreu o surgimento de simpatizantes das ideias jacobinas, desenvolvendo uma legião de pró-França ou, como destaca Hobsbawm (2011), o desenvolvimento do filojacobino. Assim, encontramos jacobinos na Inglaterra, na Hungria e na Áustria.

A França como Estado, com seus interesses e aspirações, enfrentou (ou aliou-se a) outros Estados do mesmo tipo, mas, por outro lado, a França como Revolução inspirava os outros povos do mundo a derrubarem a tirania e a abraçarem a liberdade, sofrendo em

---

<sup>9</sup> Países situados na região do rio Reno.

consequência a oposição das forças conservadoras e reacionárias. (HOBSBAWM, 2011, p. 134).

Após a Revolução Francesa, é possível verificar a eclosão de movimentos de independência pelas colônias americanas da Espanha e de Portugal entre 1807 e 1825. Além de conspirações militares, que surgiram em 1820 afetando a França, Espanha, e as cidades de Nápoles e Turim na Itália. Ainda também ocorreram agitações estudantis na Alemanha. Assim, durante 70 anos, o mundo foi sacudido por ondas, revolucionárias interligadas, cujo ápice está na Revolução Francesa, permitindo que muitos historiadores como, René Rémond e Eric Hobsbawm, dissertem sobre uma era de revoluções.

Perante todas essas agitações, concluímos que o Antigo Regime estava em crise, sendo esse um movimento mundial, e fazia-se necessário conceber uma nova ordem. A França apresenta-se como o centro desse processo em 1789, pois lá que se desenvolvem os demais movimentos revolucionários. Essas agitações seguem os preceitos franceses proporcionando a sua evidencia.

É de conhecimento que a revolução não acabou após a promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Ela segue por um período de instabilidade política em que as conquistas revolucionárias não desfrutavam de uma consolidação. Em outro aspecto, a violência tornou-se aliada da liberdade, provocando um desvio dos desejos do grupo dos parlamentares fundadores da Assembleia Nacional Constituinte. No entanto, não nos aprofundaremos nesses detalhes, tendo em vista que a finalidade de nossa reflexão é analisar as conotações democráticas que se desenvolveram a partir de agosto de 1789.<sup>10</sup>

## 2.1 – ESPAÇO SOCIAL

Para Arendt (2011), na modernidade<sup>11</sup>, apareceu um espaço que não existia na Grécia o espaço da sociedade. Diferentemente da oikia antiga cuja

---

<sup>10</sup> Contudo no Apêndice – A desenvolvemos uma Cronologia da Revolução Francesa, para auxiliar na compreensão temporal dos fatos sucedidos.

<sup>11</sup> Característica daquilo que é moderno. Em um sentido geral, a modernidade se opõe ao classicismo, ao apego aos valores tradicionais, identificando-se com o racionalismo, especialmente quanto ao espírito crítico, e com as ideias de progresso

administração da vida humana lhe pertencia; nesse novo espaço, a sociedade se encarregava de governar a vida, de administrá-la. Os sujeitos são administrados, nascendo o tema da economia política. A sociedade, na realidade, é um espaço moderno que re-significa o conceito da hierarquização do governo, na vida da casa, todo o poder do governo corporativo, das empresas, do governo das corporações, a vida é governada, a vida é administrada.

Nesse contexto não existe democracia, espaço público, não tem debate, não tem isonomia. O indivíduo entra como funcionário e, como funcionário continua. Há um espaço hierarquizado corporativamente que também é espaço do social. O problema para Arendt (2011) é que o espaço político - espaço da isonomia e da igualdade - na modernidade está sendo invadido pelo social de tal maneira que a política está cada vez mais conduzida por interesses corporativos. Assim, essa invasão ao espaço de isonomia de debate público e político, de igualdade vem sendo contaminado pelo espaço da oikia.

Arendt (2011) relata que o aparecimento da sociedade alterou o significado dos termos lar e esfera pública. O que era para os gregos de instância da família passou a ser de interesse coletivo. Na modernidade o espaço social exige que os seus componentes ajam como uma enorme família.

Para contextualizar a modernidade Arendt (2011) descreve:

Em nosso entendimento, a linha divisória é inteiramente difusa, porque vemos o corpo de povos e comunidades políticas como uma família cujos assuntos diários devem ser zelados por uma gigantesca administração doméstica de âmbito nacional. O pensamento científico que corresponde a esse desdobramento já não é a ciência política, e sim a “economia nacional” ou a “economia social”, ou, ainda, a Volkswirtschaft, todas as quais indicam uma espécie de “administração doméstica coletiva”, o que chamamos de “sociedade” é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma política de organização é denominada de “nação”. (ARENDR, 2011, p. 34),

---

e renovação pregando a libertação do indivíduo do absolutismo e da ignorância através da difusão da ciência e da cultura em geral. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 190)

Relacionando as questões econômicas Arendt (2011) relata que na antiguidade os homens tratavam do assunto econômico igual a qualquer outra atividade. Apenas na modernidade, quando os homens se tornaram seres sociais, a economia adquiriu caráter científico. O grande precursor dessa mudança foi o filósofo e economista escocês Adam Smith<sup>12</sup>. Propagando um padrão de comportamento, Smith defendeu que o mercado, o comércio é uma decorrência imediata de ordem natural. Todavia o mercado, só pode ser perturbado pela intervenção do Estado, que não o deve realizar, pois iria se desviar dos desígnios já traçados pelo universo. Para tanto, em primeira instância a economia deve se ocupar com as pessoas utilizando-se dos recursos naturais, o governo administra a vida humana.

## 2.2 - REVOLUÇÃO

Lefort (2011) disserta sobre o conceito de revolução afirmando que a Revolução Francesa representa guiar a civilização para a sua estirpe e dessa reconstruir a sociedade utilizando a razão. Entretanto, Lefort identifica que: “A história das sociedades modernas não se resume ao curso de grandes revoluções” (2011, p. 160). Para sustentar a sua argumentação, Lefort (2011) apresenta duas reflexões:

Na primeira análise, ele relata que a ideia de revolução não se desenvolveu por completo na mente dos jacobinos e nem dos pensamentos de Rousseau. Ela é fruto de “uma ruptura entre o antigo e o novo” (p. 160) que surgiu na Florença do século XV. Assim, percebe-se que os jacobinos se balizaram não somente pelas ideias de Rousseau, mas se fomentaram pelos heróis do Renascimento; que, segundo Lefort (2011), não produziram as ideias revolucionárias, mas as anunciaram. Nesse contexto, desenvolve-se um novo

---

<sup>12</sup> Filósofo escocês, nasceu em Kirkcaldy, onde fez seus primeiros estudos. Coursou depois a universidade de Glasgow (1737 – 1740) [...]. Completou sua formação no Balliol College da Universidade de Oxford. [...] Publicou dois livros. O primeiro [...] livro sobre filosofia moral, *A teoria dos sentimentos morais* [...]. O segundo, *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. [...] A Riqueza das Nações é a obra principal do Adam Smith “economista”, escrita no alvorecer da Revolução Industrial inglesa. É o primeiro tratado de economia política, cobrindo os mais diversos campos da disciplina, incluindo as teorias da produção, da distribuição e da tributação. A Riqueza das Nações foi a obra que conquistou para Smith a fama de fundador da economia política. (FENDT et al., Dicionário de Filosofia Política, 2010, P.478 – 481)

tipo de sociedade que se fundamenta na construção de uma identidade nacional. Lefort (2011) assinala que a ideia de revolução não pode ser desassociada da ideia de Estado, visto que essa garante um sentimento de unidade entre os cidadãos.

Na segunda observação, Lefort (2011) sustenta que não se pode avaliar a revolução somente a partir de seus fundamentos, tendo em vista que a revolução não ocorreria caso não houvesse uma sublevação. Logo não há possibilidade de analisar a revolução sem os seus ideais e os seus atos. Nesse ponto, Lefort (2011) questiona o que diferenciaria o conceito de revolução do de revolta.

Para Arendt (1990), a distinção entre revolução e revolta surge no questionamento de Luiz XVI. Em 14 de julho de 1789, uma multidão de parisienses invadiu a Bastilha e a demoliram com as próprias mãos. Perante a conturbação que se realizava, o duque de La Rochefoucauld – Liancourt foi informar Luiz XVI sobre os tumultos e a queda da Bastilha. Luiz XVI perguntou: “C’est une révolte”<sup>13</sup>, o mensageiro respondeu “Non, Sire, c’est une révolution”<sup>14</sup> (ARENDR, 1990, p. 38).

Arendt (1990) sustenta que antes de 14 de julho de 1789, nunca havia ocorrido uma revolução, visto que todos os levantes eram interpretados como movimentos cíclicos controláveis pelos monarcas, ou seja, eram apenas revoltas. Liancourt percebe que a queda da Bastilha era um ato incontrastável e incomparável visto que não podia ser controlado. Assim, a revolução, representada Arendt (1990), é como “o movimento giratório das estrelas, segue uma trajetória predeterminada e é independente de qualquer influência do poder humano” (p.38).

Para Lefort (2011) o que define o estilo específico de revolta é o modelo de sociedade onde ela se manifesta. E não que o rebelde possua consciência de que o ato de sublevação proporcionará aos combatentes uma nova ordem, uma liberdade em relação ao regime de dominação e exploração. Lefort (2011) afirma, em muitos momentos que a revolução é tratada como o

---

<sup>13</sup> É uma revolta?

<sup>14</sup> Não, Majestade, é uma revolução.

resultado da luta de classes. Para isso, é necessário que ela aconteça em um cenário em que os conflitos existentes entre as classes sejam revertidos em uma oposição política ao princípio de dominação. Assim, o fenômeno revolucionário é caracterizado como uma agitação que afeta todos os simbolismos sociais do antigo regime. Desse modo, como já foi mencionada, a Revolução é formada por uma riqueza de detalhes, sem os quais ela não se formaria.

### 2.3 - MUDOU A ORDEM DAS COISAS?

Como destaca Rémond, “a revolução tocou em tudo” (1974 - A, p. 130), partindo desse princípio, vamos analisar os setores da vida coletiva que abrangem a organização do poder do Estado e a prática da vida política rumo à democracia.

Durante a Monarquia Francesa, apenas um pequeno grupo de pessoas possuía voz política. As deliberações eram tratadas pelo monarca e poucas pessoas de sua confiança. Com a Revolução, a política se modificou, e passou a ser “coisa pública”, ou seja, todo cidadão tinha o direito e o dever de ser informado sobre as determinações públicas. O que trouxe como consequência a liberdade de imprensa, obrigando que os trabalhos do parlamento fossem divulgados.

Por outro ângulo, há uma ampliação no conceito de política, Rémond (1974 - A) destaca que durante o Antigo Regime a ação política consistia em manter a ordem, a justiça, a diplomacia e a defesa do Estado. Após a Revolução, o Estado passa a ter responsabilidade em setores que dependiam da iniciativa privada, de caridade. Nesse ponto, temos como exemplo a educação e a saúde que antes dependiam de ações da Igreja, agora passou a ser responsabilidade do Estado fornecer educação e cuidados médicos.

A expansão das responsabilidades do Estado chegou a encontrar na felicidade do indivíduo o seu objetivo, como destaca Rémond:

A afirmação de que a felicidade é um direito do indivíduo e uma responsabilidade do Estado estende ao infinito o domínio das atribuições públicas. Se os cidadãos são infelizes, os poderes públicos são considerados parcialmente responsáveis por isso, e cabe portanto a eles fazer de modo que a situação se modifique (RÉMOND, 1974 - A, p. 131).

Tendo em vista a ação da publicidade e a expansão da política, temos, segundo Rémond (1974 - A), como resultado, uma valorização da política no conjunto moral e psicológico. Estabelecendo após a Revolução que a ação política é soberana e a mais disputada por proporcionar discursos apaixonados (p. 132).

Em conformidade às alterações políticas, a Revolução condicionou novas práticas para a convivência em sociedade; tais como a consulta popular através das eleições e a deliberação pública. Tornando-se uma prática desde os primórdios, a eleição foi utilizada para escolher os representantes da nação e todos os demais membros da administração pública; em tão alto grau que até os magistrados eram eleitos e possuíam tempo limite no cargo. A eleição apresentou-se como um processo universal, entretanto só uma parcela da população possuía direitos políticos. As deliberações deviam ser organizadas pela assembleia, que normatizava os processos regulares e oficiais tais como as eleições.

Diante dessas constatações, é indispensável mencionar que a democracia não se apresentou como o propulsor dessas mudanças. Pois, como afirma Rémond, “não foi ela quem derrubou o Antigo Regime” (1974 – B, p. 61). Entre o Antigo Regime e a democracia existia os ideais de liberdade, dos iluministas, que proporcionaram a transição entre as duas sociedades. Partindo dessa conjectura, a democracia não teve que se opor ao Antigo Regime, ficou por conta do liberalismo<sup>15</sup> combatê-lo já que era o seu adversário habitual. O liberalismo recebeu de herança uma sociedade na qual estabeleceu um regime constitucional representativo aristocrático cujas câmaras eram

---

<sup>15</sup> O liberalismo como doutrina surgiu na Inglaterra, fruto das Revoluções Inglesas do século XVII. A finalidade da doutrina liberal é proporcionar por meio da liberdade e das instituições que todos os indivíduos possam buscar de forma autônoma e responsável a própria felicidade. Historicamente, o liberalismo foi o primeiro movimento político que almejou promover o bem-estar material de todos os indivíduos. (CATHARINO et al., Dicionário de Filosofia Política, 2010, p. 307)

eleitas em um sufrágio restrito e as liberdades públicas garantiam a livre iniciativa, condições que a democracia não adotou plenamente pois, segundo Rémond (1974 - B), possuía um caráter restritivo, algo que não ia ao encontro da universalidade reivindicada pelos democratas. Perante essa averção, a democracia se concentrou na ampliação das instituições representativas, eletivas.

Esse processo se intensificou perante o desejo de se implantar o Sufrágio Universal. Primeiramente, essa concepção foi instituída no recém criado e pouco povoado Estados Unidos. No entanto, o preceito só foi vislumbrado, em uma grande nação, quando adotado pelos franceses. Novas revoltas se organizaram na França e, somente em 1848, foi abolida a escravidão e estabeleceu-se o Sufrágio Universal. Assim, o direito ao voto despontou de uma minoria letrada e atingiu o povo que não possuía tradição política. “Enquanto, antes o corpo de eleitores contava com cerca de 250.000 cidadãos, ele passa, sem transições, para 9.500.000” (RÉMOND, 1974 – B, p. 63).

Não obstante, como destaca Rémond (1974 – B), o sufrágio não se tornou universal e sim semi-universal, visto que o direito ao voto era permitido apenas aos homens. As mulheres somente puderam votar nas eleições municipais de 1945, “um século depois do estabelecimento do Sufrágio Universal masculino.” (RÉMOND, 1974 – B, p. 64).

#### 2.4 – ROUSSEAU, O DEMOCRATA POR EXCELÊNCIA

Jean-Jacques Rousseau foi um pensador do conceito de Democracia, pois os seus estudos contemplam a soberania popular. Para ele o governo deve se incumbir da execução das leis. Para entender este conceito cabe observar como ela se desenvolveu nos estudos deste filósofo.

Rousseau chegou a Paris já com quarenta anos. Proveniente de Genebra de uma família simples, ele não se adaptou à sociedade francesa que era dominada por cerimônias. Para Rousseau, estes rituais impediam que as

peessoas se apresentassem verdadeiramente, forçavam os homens a viver em um mundo de aparências (CAVALCANTE, 1990).

Historiadores como Cavalcante (1990) descrevem que para Rousseau a desigualdade, como os maus sentimentos, eram estranhos à alma humana. Para embasar as suas ideias, o iluminista formulou sua teoria norteando-se na forma secularizada do esquema cristão de evolução. Tendo esse a definição de três períodos: “Édem”, “queda” e “salvação”. Para Rousseau, inicialmente havia o estado de natureza, que era seguido pelo estado social, ou seja, um caso de decadência, circunstância na qual se encontrava a sociedade francesa.

Rousseau destaca que:

A passagem do estado de natureza para o estado civil produziu no homem uma mudança considerável, substituindo em sua conduta a justiça ao instinto, e imprimindo às suas ações a moralidade que anteriormente lhe faltava. Foi somente então que a voz do dever, sucedendo ao impulso físico, e o direito apetite, fizeram com que o homem, que até esse momento só tinha olhado para si mesmo, se visse forçado a agir por outros princípios e consultar a razão antes de ouvir seus pendores. Embora se prive, nesse estado, de diversas vantagens recebidas da Natureza, ganha outras tão grandes, suas faculdades se exercem e se desenvolvem, suas ideias se estendem, seus sentimentos se enobrecem, toda a sua alma se eleva a tal ponto, que, se os abusos dessa nova condição frequência a uma condição inferior àquela da qual saiu, deveria abençoar incessantemente o ditoso momento em que foi dali desarraigado para sempre, o qual transformou um animal estúpido e limitado num ser inteligente e um homem.

Reduzamos todo esse balanço a termos de fácil comparação. O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo que o tenta e pode alcançar; O que ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo que possui. (ROUSSEAU, 2012, p. 169)

No entanto, havia a possibilidade de reabilitação que não é um retorno ao passado, não era uma volta ao estado de natureza. Para Rousseau, havia dois paralelos que favoreceriam a formulação do terceiro período. O primeiro se basearia no Contrato Social, que teria como fundamento a liberdade do homem e a preservação da união por laços estreitos. O segundo se caracterizava pela substituição da vontade individual pela vontade coletiva, a vontade geral. Nesse período, a comunidade promoveria uma maior integração entre os indivíduos que outrora viviam isolados. A partir daí, a vontade geral seria a única instância que iria elaborar leis e as colocaria acima dos homens.

Assim, os homens não se submeteriam à vontade de um indivíduo, um monarca absolutista, as leis seriam impessoais e iguais para todos. Perante essas circunstâncias, Cavalcante afirma que “os princípios sobre os quais repousaria o Estado seriam explicitados num código moral que regeria a vida dos cidadãos.” (1990, p. 39)

Diante da relevância da vontade coletiva sobre a vontade individual, Rousseau afirma:

Numa legislação perfeita, a vontade particular ou individual deve ser nula; a vontade do corpo, própria ao governo, bastante subordinada; e, por conseguinte, a vontade geral ou soberana sempre dominante é a regra única de todas as outras. (ROUSSEAU, 2012, p. 564)

Cavalcante (1990) comenta que, para Rousseau, cada indivíduo depende do coletivo, logo os homens estariam acima dos interesses individuais. Nessa conotação, cabe apresentar a percepção de Hobsbawm (2011), que afirma que o homem burguês era social, somente pelo fato dele coexistir com um grande número e sua socialização culminava no intuito de agregar forças para juntos alcançarem os desejos individuais. Assim, a felicidade era satisfazer os desejos de cada sujeito, e a felicidade coletiva era o objetivo da sociedade.

## 2.5 – A DEMOCRACIA MODERNA

Conforme apresentado no primeiro capítulo, na antiguidade clássica Atenas desenvolveu-se uma democracia direta, por ser uma pequena cidade e escravista, logo a atividade política foi favorecida. Held (2009) destaca que, em pequenas cidades, os indivíduos podem participar adequadamente do governo, entretanto, quando o número de cidadão se eleva a participação se torna irrealizável. Para Held, “os grandes números possuem evidentes limites geográficos e físicos, óbvios, onde as pessoas podem reunir-se?” (2009, p. 132) Um Estado com elevado índice demográfico não teria condições de reunir toda a população para deliberar sobre as necessidades públicas.

Nessa conjuntura, a democracia representativa apresenta-se como uma alternativa no período moderno. O povo exerce o poder controlador através do sufrágio. Entretanto nos conceitos democracia e representação não encontramos uma interligação, pelo contrário, como define Rousseau (2012) na democracia o povo governa sem intermediários. Em contrapartida, pensadores como Benjamin Constant defendem a necessidade de um governo representativo. Constant (1895) apresenta a democracia representativa como a melhor opção que uma forma direta de governo:

[...] levados a nossa feliz revolução [...] a desfrutar os benefícios de um governo representativo, é interessante e útil saber porque este governo, o único sob o qual podemos hoje encontrar alguma liberdade e tranquilidade, foi inteiramente desconhecido para as nações livres da antiguidade. (CONSTANT, 1985, p.16)

Para Constant e Rousseau a democracia é a única forma de manter a liberdade e demais bens privados dos cidadãos. Então se faz necessário compreender o conceito de representação perante a história política do Ocidente. O Dicionário de Filosofia Política (2010) apresenta a seguinte definição:

[...] identificado como regime político representativo (democracia representativa), que se opõe tanto aos regimes absolutistas e autocráticos como a denominada democracia direta, isto é, aquele regime no qual não existe distinção entre governante e governados, tem como finalidade a possibilidade de controlar o poder político atribuído a quem não pode exercer o poder em pessoa. Implica que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que involucram toda a coletividade, não são tomadas diretamente por aqueles que fazem parte dela, mas por pessoas eleitas para esse fim, que por sua vez transformam as demandas de seus representados num novo tipo de identidade coletiva. (PERCIO; MAHIQUES, 2010, p. 442)

Partindo de Percio e Mahiques, constatamos que o governante de uma nação representa as suas ações, seus atos são realizados em nome dos cidadãos. Ele não substitui o povo em sua soberania apenas age no seu lugar. Segundo Rousseau, a vontade geral<sup>16</sup> não pode ser identificada como a vontade de soberano, assim a vontade geral não pode ser representada. O governante tem autonomia para agir, entretanto se suas ações forem contrárias

---

<sup>16</sup> A vontade geral em conotação política é originária principalmente de Rousseau, a vontade una e indivisível do corpo social considerada como um todo. Constitui assim a base da legitimação de todo ato de soberania, expressando a vontade do povo expressa pela maioria nos sistemas democráticos e definindo os conceitos de lei e de justiça adotados em uma sociedade. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 280)

a vontade geral elas serão anuladas. Como podemos constatar no trecho a seguir:

A soberania não pode ser representada, pela mesma razão que não pode ser alienada; ela consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade de modo algum se representa; ou é a mesma ou é outra; não há nisso meio termo. Os deputados do povo não são, pois, nem podem ser seus representantes; são quando muito seus comissários e nada podem concluir definitivamente. São nulas todas as leis que o povo não tenha ratificado; deixam de ser leis. (ROUSSEAU, 2012, p. 852)

Diante dessa definição, verificamos que o cidadão do Estado moderno, mesmo com representação continua a ser o dono do poder já que a sua vontade deve prevalecer. Ao manter o direito de escolher quem irá representá-los garantem a manutenção da vontade geral e conseqüentemente a sua liberdade.

### **2.5.1 – A crítica de Rousseau**

Acompanhar as deliberações do Estado, estar ciente de todos os caminhos que a nação está tomando é algo que requer tempo e dedicação. O cidadão que deseja participar ativamente dos assuntos do Estado acaba por abandonar o conforto da comodidade de se preocupar apenas com a sua vida privada. Assim como destaca Rousseau:

Assim que o serviço público cessa de ser a principal preocupação dos cidadãos, ao qual melhor preferem servir com a bolsa que pessoalmente, já se encontra o Estado próximo da ruína. Se é preciso seguir para o combate, eles pagam as tropas e permanecem em casa; se preciso ir à assembleia, eles nomeiam os deputados e continuam em casa. À força do dinheiro e preguiça, eles dispõem de soldados para servir e de representantes para a venderem. (ROUSSEAU, 2012, p. 840)

Rousseau critica a representação fixando-se sobre o soberano e sua função legislativa. Como já mencionado somente o que foi aprovado pelos cidadãos soberanos, em forma de sufrágio pode ser considerado lei. A representação no legislativo anula a legalidade das decisões e não podem ser consideradas leis. A crítica de Rousseau (2012) baseia-se no fato de que o legislativo é eleito para cuidar da redação das leis e aprová-las. Para o

pensador, na ocasião que o povo para de exercer a legislação ele perde a sua soberania, não pode ser considerado cidadão, são escravos ou nada. O povo que aceita, que se submete a leis decretadas por terceiros não pode ser considerado livre. Podemos perceber esta declaração no fragmento:

O povo inglês pensa ser livre, mas esta completamente iludido; apenas o é durante a eleição dos membros do Parlamento; tão logo estejam estes eleitos, é de novo escravo, não é nada. Pelo uso que faz da liberdade, nos curtos momentos em que lhes é dado desfrutá-la, bem merece perdê-la. (ROUSSEAU, 2012, p. 852)

Após caracterizar as considerações de Rousseau sobre a representação passamos para a melhor forma de governo a democracia. No título do oitavo capítulo do terceiro livro *Do Contrato*, o filósofo destaca que *Nem toda forma de Governo é apropriada a todos os países*. Nesse capítulo encontramos a dinâmica de relacionamento entre o povo e o governo, ou seja, trata dos mediadores que expandem a distância entre esses dois elementos. Em uma democracia direta não há mediadores, assim não existe distância entre o povo e o governo. Isso não ocorre em uma democracia representativa, em que a medida que diminui o número de representantes, também aumenta a distância entre o povo e o governo.

Rousseau (2012) destaca que não havendo distância entre o povo e o governo não ocorre diferenças entre esses, não há tributos a pagar para manter a administração. Havendo mediadores, os impostos aumentam na medida em que diminui a quantidade de mediadores. Em tal condição podemos destacar o seguinte trecho:

Infere-se daí que quanto mais aumenta a distância entre o povo e o governo, mais se tornam onerosos os tributos. Assim sendo, na democracia, o povo é o menos sobrecarregado; na aristocracia, ele o é um pouco mais; na monarquia, carrega o maior peso. A monarquia, portanto, só convém às nações opulentas; a aristocracia, aos Estados medíocres em riqueza, bem como em tamanho; a democracia, aos Estados pequenos e pobres. (ROUSSEAU, 2012, p. 719)

Segundo Rousseau (2012), a melhor forma de governo esta sujeito ao que é apropriado a cada Estado. Segundo ele, cada uma delas é a melhor em determinada condição e a pior em outra. A democracia, como já foi mencionada, é adequada aos pequenos Estados. Os Estados que possuem proporção média se beneficiam com a aristocracia. Por fim, a monarquia é

propicia para os grandes Estados. Entretanto, a definição de democracia apresentada por Rousseau foi remodelada para a conjuntura representativa.

### **2.5.2 - Liberdade individual em relação ao Estado**

O regime que se desenvolveu com a Revolução Francesa instituiu os fundamentos da democracia indireta, a concepção de liberdade teve como orientador o francês Benjamin Constant. Através do seu discurso “A liberdade dos antigos comparada com a dos modernos”, estabeleceu as bases da liberdade individual em relação ao Estado, além de expor, no seu entendimento, que Robespierre<sup>17</sup> e seus partidários utilizaram como fonte ideológica os pensamentos políticos de Rousseau.

Constant (1985) assinala que o mundo moderno alterou o conceito de liberdade que por muito tempo norteou os povos da antiguidade. Esta alteração caracteriza-se por ser uma conquista irrevogável do homem moderno, cabe aos governos não apenas respeitar, mas garantir a existência da mesma. Apesar das comparações realizadas e da tentativa de assemelhar as liberdades dos povos antigos e a dos modernos, Constante (1985) apresenta os diversos pontos de interpretação para o conceito de liberdade.

Constant (1985) define que, para a antiguidade a liberdade era sinônimo de participação direta dos cidadãos, sem haver a possibilidade de representação, na deliberação dos assuntos públicos. A existência de escravos nessas sociedade facilitava o exercício dessa liberdade propiciando tempo livre para uma casta privilegiada atuar diretamente nas decisões políticas. A autonomia que a vida pública possuía era inexistente na vida privada. Constant (1985) destaca que os indivíduos reprimiam os interesses particulares em favor dos desejos da sociedade:

Não encontrareis entre eles quase nenhum dos privilégios que vemos fazer parte da liberdade entre os modernos. Todas as ações privadas estão sujeitas à severa vigilância. Nada é concedido à independência

---

<sup>17</sup> Maximilien Robespierre (1758-1794) foi um advogado e político francês que se tornou uma das figuras mais influentes da Revolução Francesa. (ROBESPIERRE, 2013)

individual, nem mesmo no que se refere à religião. A faculdade de escolher seu culto, faculdade que consideramos como um de nossos mais preciosos direitos, teria parecido um crime e um sacrilégio para os antigos. Nada é concedido à independência individual, nem mesmo no que se refere à religião [...] Mesmo na relação doméstica a autoridade intervinha.[...] As leis regulamentavam os costumes e, como tudo dependia dos costumes, não havia nada que as leis não regulamentassem. (CONSTANT, 1985, p.16)

Por outro lado, o mundo moderno forçou todos os homens a trabalhar visto que a escravidão foi extinta. O ócio, da antiguidade, que era usufruído pela elite para se dedicar à atividade política foi substituído pela utilização de representantes. Assim, os cidadãos não mais se faziam presentes nos debates públicos, pois escolhiam deputados para desempenharem o seu papel nas assembleias. A partir dessas transformações, a liberdade dos modernos possuía como objetivo “a segurança dos privilégios privados” sendo a “liberdade as garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios” (CONSTANT, 1985, p.16).

Para Constant a nova visão de liberdade colaborou para o desenvolvimento de um novo modo de governar, característico do mundo moderno, que se distinguiu por sacralizar as liberdades individuais. Dessa forma, a liberdade política sofre alterações e passa a ser dada pelo funcionamento do sistema representativo. O alicerce desse sistema é a escolha dos representantes através dos pleitos eleitorais. Nesse momento ocorre a conciliação entre as aspirações individuais e os anseios coletivos. Constant define que: “O sistema representativo é uma procuração dada a um certo número de homens pela massa do povo que deseja ter seus interesses defendidos e, no entanto, não tem tempo para defendê-los sozinhos” (1985, p. 23). Apesar de nesse conjunto os cidadãos passarem grande parte de suas funções políticas para os seus representantes, uma responsabilidade fica inerente ao cidadão, o papel de fiscalizar. Deve o eleitor vigiar os representantes e caso esses não estejam atuando segundo a vontade do povo, deverão ser depostos de seus poderes. Para Constant, o cidadão que elege e fiscaliza os seus representantes encontra-se no exercício da política. Por outro lado, Constant destaca que, caso o cidadão se abstenha dos seus direitos políticos, surge a possibilidade de se formar um governo despótico, em que os interesses do povo seriam abandonados.

[...] os povos que, para desfrutar da liberdade que lhes é útil, decorrem ao sistema representativo, devem exercer uma vigilância ativa e constante sobre seus representantes e reservar-se o direito de, em momentos que não sejam demasiados distanciados, afastá-los, caso tenham suas promessas, assim como o de revogar os poderes dos quais eles tenham eventualmente abusados (CONSTANT, 1985, p. 23).

Constant (1985) permanece analisando questões de seu período que estavam conectadas à Revolução Francesa. Dando um destaque aos Jacobinos<sup>18</sup> liderados por Robespierre. Esse grupo se fundamentou nos pensamentos de Rousseau. Segundo a interpretação de Constant (1985), cometeram grande erro ideológico ao tentar enquadrar a França do período moderno no modelo de liberdade do mundo antigo. Nessa tentativa, os jacobinos rousseauístas conduziram a sociedade francesa com um governo tirânico.

[...] esses homens tinham ido buscar várias de suas teorias nas obras de dois filósofos que eles próprios não tinham se dado conta das modificações transmitidas por dois mil anos às tendências do gênero humano. Examinarei, pois o sistema do mais ilustre desses filósofos, J. J. Rousseau, e mostrarei que, transportando para os tempos modernos um volume de poder social, de soberania coletiva que pertencia a outros séculos, este gênio sublime, que era animado pelo amor mais puro à liberdade, forneceu, todavia, desastroso pretexto a mais de um tipo de tirania (CONSTANT, 1985, p. 16).

As ideias de liberdade de Rousseau proporcionaram aos jacobinos, segundo Constant (1985), o desenvolvimento de um governo com poderes ilimitados. Com o intuito de promover a liberdade coletiva, desenvolveu-se uma revogação da liberdade individual. Isso fomentou a conservação daquilo que os revolucionários desejavam extinguir com o golpe, a administração despótica. Constant (1985) entende que a principal dificuldade no pensamento de Rousseau é a submissão exigida do indivíduo diante dos interesses coletivos. Isso é demonstrado “conforme a máxima da liberdade antiga quer que os cidadãos sejam completamente dominados para que a nação seja soberana, e que o indivíduo seja escravo para que o povo seja livre” (CONSTANT, 1985, p. 16).

---

<sup>18</sup> Nome de um dos muitos clubes surgidos no séc. XVIII na França revolucionária, que acabou sendo a maior força política da Revolução Francesa. Criado ao iniciar-se a Assembleia Constituinte, o grupo era formado por deputados, burguês e intelectual. [...], os jacobinos, após obterem a execução do rei em 1793, transformaram-se na mais importante força revolucionária. [...] O governo jacobino durou até 1794 (AZEVEDO, 1999. p. 261).

### 3 - O CIBERESPAÇO E A DEMOCRACIA

A comunicação se faz presente na sociedade participando nos planos econômico, político, cultural e humano. Com o surgimento de novas tecnologias, a comunicação global propicia políticas diferenciadas entre os Estados e as nações, ultrapassando as barreiras do tempo e do espaço, reduzindo distâncias e encurtando o tempo. A tecnologia corrobora, transformando as relações do homem com as máquinas, as cidades, os governos. Gerando relações cibernéticas que atuam em redes, diretamente na política, nos governos, nos Estados globalizados.

Não obstante, as relações humanas já foram o tema de muitos historiadores, filósofos e sociólogos, todos intrigados com a grande capacidade que o indivíduo possui de relacionar e se transformar assim com o meio em que se estabelece.

A experiência humana sempre está penetrada pela compreensão racional, pela avaliação volitiva e emocional, pela recordação do passado e pela antecipação do futuro. No nosso mundo da experiência nos encontramos, antes de tudo, como homens, entre homens. O ser-no-mundo é inseparável do ser-com-o-outro. A compreensão do mundo é social: somente pela relação com os outros homens participamos dum mundo histórico-cultural (RABUSKE, 1992, p. 38).

Partindo de Rabuske, percebemos que continuamente o ser humano oportuniza uma reinvenção da sua sociedade, da sua forma de viver e atuar a sua cidadania. Seguindo esse pensamento, muitas formas de governo já surgiram e com elas muitas inovações tecnológicas se aprimoraram. Por outro lado, muitas concepções de governo foram extintas, mas a tecnologia permanece se remodelando, oportunizando sempre uma nova descoberta. Essa se reinventa e apresenta novas oportunidades para a sociedade.

#### 3.1 – CRIAÇÃO DA INTERNET

A Segunda Guerra Mundial foi impulsionada pelos ideais totalitários do Nazismo e do Fascismo e contribuiu para o desenvolvimento tecnológico. Esse foi reconhecido pelo escritor Castells (2002, p. 78) ao defini-la como a “mãe de todas as tecnologias”. Nesse mesmo enfoque, Hobsbawm, (1995 p. 260) enfatiza o desenvolvimento de novas tecnologias a partir da Segunda Guerra Mundial:

A guerra, com suas demandas de alta tecnologia, preparou vários processos revolucionários para posterior uso civil, embora um pouco mais do lado britânico (depois assumido pelo EUA) que entre os alemães com seu espírito científico: radar, motor a jato e várias ideias e técnicas que prepararam o terreno para a eletrônica e a tecnologia de informação.

A “mãe de todas as tecnologias” oportunizou o surgimento do “Colossus”, em 1943; um equipamento britânico usado para decifrar códigos inimigos, e do alemão “Z-3”, em 1941, usado para cálculos de posicionamento de aeronaves. Ambas as máquinas, consideradas os primórdios dos computadores modernos deram, aos norte-americanos, embasamento teórico para o desenvolvimento do primeiro computador comercial, em 1951, o “UNIVAC1”. Tão relevante quanto o surgimento dessas máquinas, foram às pesquisas desenvolvidas pela Agência de Projetos de Pesquisas Avançadas (ARPA) - órgão do departamento de Defesa dos EUA. Essa agência buscava desenvolver uma ferramenta de comunicação indestrutível a ataques nucleares. Assim, em 1º de setembro de 1969, surgia ARPANET<sup>19</sup> - a mãe da INTERNET, essa facilitando e inovando a comunicação, não se restringindo a assuntos militares, mas convivendo em diversos níveis de diálogo.

[...] o que realmente provocou muito entusiasmo foi a comunicação via correio eletrônico entre os participantes da rede [...] que continua sendo o uso mais popular da comunicação entre computadores em todo o mundo (CASTELLS, 2002, p. 86).

Em uma rede incessante de comunicação são geradas informações incontáveis. A nova forma de comunicação em rede apresenta-se como uma alternativa para promover o desenvolvimento das relações produtivas. As redes agenciam a interligação em um espaço virtual em que é valorizada a

---

<sup>19</sup> Sigla que significa: Advanced Research Projects Agency Network.

informação. Descartando a necessidade de um contato físico, oportunizando, como afirma Castells, um “capitalismo informacional” (2009, p. 55).

Nesta direção, Lévy (2003, p. 153) argumenta que:

[...] não existe <<capitalismo>> de um lado e <<democracia>> do outro. Nós fabricamos, constantemente e juntos, o mundo em que vivemos. [...] Com a Internet, a política tornou-se um assunto doméstico: estamos <<entre conhecidos>> numa sociedade mundial transparente cujos agentes estão cada vez mais estreitamente interligados (grifo do autor).

Dessa maneira, a rede é desenvolvida em muitos eixos distintos. Ela extrapola o foco da economia e interage nos campos das relações sociais, culturais e políticas, ultrapassando uma conotação regional para avançar em cunho global. Formando, como afirma Castells, “uma rede de redes globais” (2006, p. 25). Assim, os Estados necessitam conduzir as suas nações em uma governança global.

Da mesma forma que as relações políticas eram ásperas no Imperialismo, em que cada Estado busca defender o seu pecuniário, no “capitalismo informacional”, os Estados preservam sempre - em primeiro lugar - seus interesses particulares, mais especificamente, seus benefícios financeiros; o que impossibilita a união dos estados e o surgimento de um governo global.

Lévy (2003) afirma, por outro lado, que não podemos assegurar que as defesas dos interesses regionais serão um empecilho para o surgimento de uma nova concepção de Estado. Visto que, em muitos momentos da história, os governos foram reorganizados, formatados segundo os interesses momentâneos. Podemos salientar a Teocracia, a Monarquia Européia, o Fascismo, o Federalismo, as Ditaduras, entre outras formas, que se desenvolveram ao longo da história mundial e foram substituídas, não provocando uma estagnação no processo, mas oportunizando uma constante reorganização.

### 3.2 - POLÍTICA E AS LIGAÇÕES DOS ESTADOS

Em diversos nichos políticos, encontramos a necessidade de ultrapassar os perímetros estatais para desenvolver um progresso regional; partindo desse princípio, é iniciada a organização dos “Blocos Econômicos” como, por exemplo: a UE- União Europeia, o MERCOSUL-Mercado Comum do Sul e a APEC-Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico. Nesses blocos, encontramos Estados que buscam uma união, direcionada para o objetivo principal do capitalismo - a obtenção de lucro. Entretanto esses Estados encontram divergência no conceito de Identidade.

O desenvolvimento dos “Blocos Econômicos” caracteriza uma das facetas da interligação governamental. Esse se apresenta como um processo mutável que interliga culturas. Essa integração de culturas produz uma simbiose do que é definido por bom, mau, belo, feio, justo, verdadeiro, possível, impossível. Assim, os valores misturam-se impedindo que seja definido o que é a cultura, obrigando a caracterizar as culturas, ou seja, não existe mais uma única cultura predominante (CHAUÍ, 1994.).

No meio desse conflito, as pessoas buscam valorizar as suas “Identidades Primárias”<sup>20</sup>; resguardando as suas personalidade em instituições convencionais como religião, nacionalidade, território. Para Castells (2002, p.41), essa seria “a maior forma de segurança pessoal e mobilização coletiva” de um mundo no qual o fluxo de informações, de dados é constante. Assim, desenvolve-se a necessidade do indivíduo se identificar como pertencente a um grupo, a uma nação, a uma rede. É nesse contexto que podemos destacar a identidade como um ponto de divergência para a ampliação dos “Blocos Econômicos”. Tendo em vista que se encontra nela a justificativa para alguns grupos populacionais acreditarem que a união dos países usurpará da nação a sua identidade coletiva.

Os primeiros indícios da criação dos blocos econômicos surgiram em 1944, quando a Bélgica, a Holanda e Luxemburgo organizaram a BENELUX, para uma integração comercial. A ideia agradou a outras potências europeias e, em 1957, França, Alemanha, Itália e a BENELUX conectaram-se formando a

---

<sup>20</sup> Denominação utilizada por Castells (2002)

Comunidade Econômica Europeia, que por sua vez seria os alicerces da União Europeia (CASTELLS, 2009).

Fixando o olhar sobre a União Europeia, que é o “Bloco Econômico” mais antigo, percebemos que no momento em que as empresas norte-americanas e japonesas invadiram o mercado europeu, na década de 1980, os países europeus começaram a perder mercado, episódio equivalente ao que impulsionou a realização na Primeira Guerra Mundial. Entretanto, contrariando o ocorrido no fato predecessor em que as nações europeias se uniram para irem para as trincheiras, nesse moderno processo, elas conectaram-se para promover a comercialização de produtos europeus, em seu próprio mercado.

A integração europeia é, ao mesmo tempo, uma reação ao processo de globalização e sua expressão mais avançada. Também é prova de que a economia global não é um sistema indistinto constituído de empresas e fluxos de capital, mas uma estrutura regionalizada em que as velhas instituições nacionais e as novas entidades supranacionais ainda despenham papel importante na organização da concorrência e na obtenção, ou desperdício, dos seus benefícios. [...] as principais atividades econômicas estão integradas de forma global na Era de Informação por intermédio de redes de intercâmbio de capital (CASTELLS, 2009, p. 393).

A organização da União Europeia oportunizou diversas vantagens financeiras para os seus membros, tais benefícios culminaram com o ideal de uma moeda que representasse a unidade financeira da União Europeia. Assim, em 1º de janeiro de 2002, o Euro substituiu as moedas de 12 países europeus, exterminando a identidade monetária dessas nações. Logo, esse processo pode ser caracterizado como a possibilidade da criação de uma moeda global, ou melhor, uma moeda mundial (CASTELLS, 2009).

Lévy defende que, assim como o Euro, diversos outros segmentos estão premeditando o surgimento de um governo mundial, esses “são os exemplos mais evidentes do nascimento de uma nova forma de ação política planetária” (LÉVY, 2003, p. 137). Pode-se destacar o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial de Comércio, a Organização Mundial da Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, a UNESCO, a UNICEF, o Tribunal Internacional de Justiça de Haia e a ONU. Tais segmentos atuam como ministérios planetários, produzindo os ensaios de um governo mundial. Destaca-se, nesse contexto, o Secretário Geral das Nações Unidas

que possui como atribuições de seu cargo a manutenção e a preservação das leis internacionais, promovendo a justiça entre os governos e as nações que representa. Para que isso possa ser promovido, ele possui a sua disposição um exército. Como afirma Lévy (2003, p. 138), isso “poderia representar o embrião de um ministério de Administração Interna do governo mundial”. Na continuidade desses acontecimentos factuais, apresenta-se uma nova conjuntura democrática, muito mais participativa e integrada à nação. Assim, os “Blocos Econômicos” e as demais organizações apresentadas são um ensaio de um novo conceito de Democracia. Uma ciberdemocracia planetária que compete não apenas uma governança local, mas uma administração mundial.

### 3.3 – CONSTRUINDO A CIBERDEMOCRACIA

A ideia de democracia pressupõe que todas as pessoas possam decidir em conjunto às regras e as grandes orientações que dizem respeito a todos, não deixando que uma minoria determine as regras e acabem se beneficiando. Em suma a democracia é um “regime político no qual o direito se aplica igualmente da mesma maneira” (LÉVY, 2003. p. 79). Nesse sistema político, a transição de governo ocorre conforme previsto em lei, de forma pacífica e segundo o desejo da maioria do povo.

Nesse contexto, Lévy (2003) apresenta o alfabeto como uma ferramenta fundamental para a democracia, já que essa invenção permitiu a todos participarem da supervisão de assuntos complexos, pois a leitura das leis e posterior interpretação aproximam o povo dos seus direitos. Outra invenção que capacitou a democracia foi a imprensa. Essa permitiu estender por grande território as comunicações de uma nação. Atualmente, segundo Lévy, nos comunicamos no “mercado mundial, nos aeroportos, em viagem, templos, igrejas e no ciberespaço” (2003. p. 80). Mesmo que não haja comunicação entre todos os indivíduos, para o autor, todas as atitudes, decisões tomadas têm efeitos na vida de outros habitantes do planeta.

### 3.3.1 - As Comunidades Inteligentes.

As comunidades virtuais locais possuem um futuro fabuloso. São estas segundo Lévy (2003), de entreajuda; educação; preservação do meio ambiente; entre outros. O autor analisa algumas dessas comunidades entre elas a “*World Foundation for Smart Communities*”, que é uma organização sem fins lucrativos, que promove ações educativas sobre a importância do papel da tecnologia na economia global. Essa possui o desejo de ser um dos centros mundiais da revolução cibernética. Dentre as primazias defendidas pela WFSC, encontra-se a ideia de que “as tecnologias da informação são as novas fontes de criação de riqueza para a comunidade”, o que é contestado por Lévy (2003). Ele apresenta que a principal fonte de riqueza é a inteligência coletiva, tratando a tecnologia da informação como uma ferramenta que possibilita às pessoas interagirem e cultivarem a inteligência coletiva. Para exemplificar essa ideia, Lévy (2003) menciona que ao longo da história, exceto pelo sinal de fumaça, as mensagens, correios, jornais, circulavam pelo mesmo campo físico que as pessoas. A partir do telégrafo, essa conjuntura mudou, pois as distâncias perderam o seu valor facilitando a troca de conhecimento, e por continuidade, “as novas redes de comunicação transformaram a Terra numa única zona regional centrada na metrópole ciberespacial” (LÉVY, 2003. p. 85).

Perante a premissa de que o ciberespaço diminui distâncias, encontramos na Europa o projeto “governança eletrônica” (e-government) lançado em 1999, busca realçar as particularidades de cada região promovendo facilidade de comunicação entre o cidadão e os órgãos públicos. Exemplo fornecido por Lévy (2003) é o de André Santini presidente da câmara de Issy-les-Moulineaux, que participa de fóruns buscando interagir com a população. Nessa relação diferenciada entre gestor e população, encontramos um novo tipo de democracia, que o pesquisador Christophe Assens e Dominique Phanuel denominaram de “democracia em rede”.

Lemos e Lévy (2010) destacam que, no Brasil, o Ministério das Comunicações desenvolveu o Plano Nacional de Cidades Digitais. Esse tem

como intuito levar banda larga a todo o país, onde está sendo implementadas redes sem fio de alta velocidade, fazendo com que o país acompanhe a tendência mundial. Em conformidade está se desenvolvendo o Gesac - Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão - que fornece Internet em área de baixa renda através de satélite. Em harmonia com a acessível Internet, várias cidades brasileiras têm criado seus portais em conjunto com os governos estaduais e federais. Nesse contexto, estão sendo disponibilizados ao cidadão serviços que antes só eram possíveis através do atendimento presencial. Tais como: certidão de quitação eleitoral, emissão de CPF - cadastro de pessoas físicas, emissão e verificação “online” de certidão de antecedentes criminais, entre outros. Assim, a Internet se apresenta como uma ferramenta que facilita ao cidadão brasileiro ter acesso a vários serviços através da “web”.

Conforme Lévy (2003), a democracia eletrônica, para muitos, faz referência somente ao voto eletrônico. O filósofo destaca que esse conceito é muito mais abrangente, parte de uma necessária transparência dos governos como a construção de um novo espaço para o diálogo e deliberação política.

### 3.4 - A INTERNET MOSTRA A SUA FORÇA

Em 2006, (VEJA, 2010 - A) Julian Assange introduziu na rede uma nova ferramenta destinada a divulgar documentos confidenciais de governos e empresas. Era a *Wikileaks*<sup>21</sup> que atingiu o seu ápice em 2010, quando divulgou uma série de quase 400.000 documentos confidenciais do governo dos Estados Unidos. Segundos Castells (2010 - A), a importância dessa ferramenta é que ela possibilita a pessoas do mundo inteiro divulgar informações confidenciais sem se identificar, ou seja, desenvolvendo um acesso sem filtro<sup>22</sup> aos assuntos dos governos. Assim ocorre uma ampliação no espaço público de

---

<sup>21</sup> É uma organização transnacional sem fins lucrativos, sediada na Suécia, dedica-se a divulgar na internet informações sigilosas de fontes anônimas. Publica, em sua página, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas. Disponível em: <<http://wikileaks.ch/>>. Acesso em: 05 Janeiro 2010.

<sup>22</sup> Trataremos sobre os filtros no subcapítulo 3.5.

debates, aumentando a possibilidade de o cidadão acompanhar, vigiar o seu governo.

Em harmonia a esses conceitos Lévy (2003, p. 32) afirma que:

[...] o ciberespaço propõe uma liberdade de expressão e de navegação, na esfera informacional, infinitamente maior do que todas as outras mídias anteriores e, simultaneamente, uma ferramenta sem precedente de inteligência coletiva. Entramos então numa época em que a democracia e o ciberespaço vão gerar-se mutuamente [...]

Em outra instância, o ano de 2011 iniciou com nove Estados em crise (VEJA, 2010 - B). No entanto, a crise que culminou em uma revolução na área de comunicação foi a que se instalou no Egito<sup>23</sup>. Hoje conhecida como primavera Árabe. Essa revolução foi desenvolvida através da utilização das redes sociais *Facebook*<sup>24</sup> e *Twitter*<sup>25</sup>, que assim, retirou do poder o presidente Hosni Mubarak, que governava o país há 30 anos. Numa tentativa de controlar os revoltosos e a crise, Mubarak desligou a rede.

Desligar a *Internet*, para Castells (2010 - B), é a única forma de controlá-la. Contudo, a ação de Mubarak não foi suficiente, pois, as manifestações já haviam ultrapassado o virtual e se encontrava no mundo físico.

Nestas condições podemos verificar que ciberespaço propiciou o desenvolvimento de uma nova forma de cidadania.

As mobilizações através das redes sociais, como a do Egito, posteriormente em outras partes do mundo e no Brasil<sup>26</sup>, demonstram o que foi preludiado pelo filósofo Pierre Lévy. É o surgimento de um novo grupo cujas pessoas desejam que suas vozes sejam ouvidas.

---

<sup>23</sup> A Revolução Egípcia iniciou em 18/01/2011.

<sup>24</sup> Define-se como uma empresa que tem como missão tornar o mundo mais aberto e conectado. Segundo eles, as pessoas usam o Facebook para ficar conectado com amigos e familiares, para descobrir o que está acontecendo no mundo, e para compartilhar e expressar informações e opiniões. Disponível em: <<http://www.facebook.com/>>. Acesso em: 05 Janeiro 2013.

<sup>25</sup> É uma rede de informação em tempo real que conecta você às últimas histórias, ideias, opiniões e notícias sobre o que há de mais interessante. O Twitter é composto por pequenas mensagens de até 140 caracteres. Disponível em: <<http://twitter.com/>>. Acesso em: 05 Janeiro 2013.

<sup>26</sup> Ver anexo C.

Lévy afirma que cada indivíduo teria a sua identidade política; com isso, uma participação política individual e distinta dos demais cidadãos.

A identidade política dos cidadãos seria definida por sua contribuição à construção de uma paisagem política perpetuamente em movimento, e pelo apoio que daria a determinados problemas (que eles julgam prioritários), a determinadas posições (as quais eles aderem), a determinados argumentos (que eles retomam por conta própria) (LÉVY, 2000, p. 65).

Não excluindo a possibilidade de equivalência em determinados assuntos, mas oportunizando um agrupamento de interesses equivalentes; gerando - através da diversidade - uma contribuição para a criação e elaboração de ideias coletivas, promovendo a resolução de problemas comuns. Nesse contexto, a organização de movimentos, protestos deixaram de ser um movimento apenas físico de uma passeata para ser realizado através de petições virtuais.

O grande exemplo brasileiro é campanha pela lei da Ficha Limpa. No ano de 2008, por iniciativa popular, foi desenvolvida uma coleta de assinaturas, para ser encaminhada ao Congresso Nacional, solicitando uma alteração na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Essa solicitação de alteração da lei pretendia barrar candidatos com indícios desqualificados a cargos eletivos do país. A partir daí, ocorreu uma mobilização nacional que se utilizou da Internet para debater o assunto. Assim o microblog *Twitter* foi utilizado dando origem ao perfil “@fichalimpa” (SENADO FEDERAL, 2010). O resultado dessa mobilização foi à sanção, do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 4 de junho de 2010 criando a Lei Complementar nº. 135/2010 popularmente conhecida como a lei da Ficha Limpa (ABRACCI - ARTICULAÇÃO BRASILEIRA CONTRA A CORRUPÇÃO E A IMPUNIDADE, 2012).

A cultura contemporânea, do digital e das redes telemáticas, está criando formas múltiplas, multimodais e planetárias de recombinações. Quanto mais podemos livremente produzir, distribuir e compartilhar informação, mais inteligentes e politicamente conciente uma sociedade deve ficar. (LEMOS e LÉVY, 2010, p. 27)

Identificado como um espaço neutro, a Internet se apresenta como um local propício para a discussão de assuntos políticos. O debate produzido,

nessa instância reforça o conceito de Democracia, proporcionando uma maior participação da população que pode emitir a sua opinião.

### 3.5 – FILTROS INVISÍVEIS?

Um dos questionamentos, mais relevantes, decorrentes do tema governança eletrônica surge da liberdade de informação. Na conjuntura atual a informação pode ser adquirida não somente através de grupos editoriais que estão por trás dos jornais e programas de TV, mas sim por servidores e motores de busca. Nesse contexto, como saber que as informações disponíveis não sofreram alteração? Ou se realmente estamos tendo acesso a todos os pontos de um fato? Aparentemente temos liberdade na rede, mas até que ponto? Será que não estamos submissos a interesses corporativos, estatais que se utilizam de filtros invisíveis para induzir os usuários?

Assim, o limitador de conteúdo pode ocorrer em três instâncias, que não necessariamente decorre de uma ordem pré-estabelecida. Essas instâncias podem ser o próprio usuário, as corporações e os governos.

Nos próximos pontos iremos contextualizar as relações nesses níveis.

#### **3.5.1 - Escolhas individuais**

Os nossos gostos, interesses são informações aparentemente reservadas, que conduzem individualmente cada pessoa nas coisas que realiza, nas informações que consome. Atualmente somos sobrecarregados por uma enchente de informações. Pariser (2012, p.169) destaca que diariamente são realizadas “900 mil postagens em blogs, 50 milhões de tweets, mais de 60 milhões de atualizações de status no Facebook e 210 bilhões de e-mails” na Internet. Nesse contexto a existência de um mecanismo que separa as publicações de interesses das que não têm relevância para o usuário, apresenta-se como um poderoso aliado no consumo de informações virtuais. Perante essa necessidade, surge uma geração de filtros “on-line” que

examinam aquilo de que aparentemente gostamos através do que fazemos, e que combina com as ações das pessoas que possuem perfil semelhante, realizando uma previsão constante de quem somos e o que desejaremos saber. Com a reunião desses filtros, surge um universo de informações sobre cada indivíduo. A isso, Pariser (2012) chamou de bolha dos filtros.

A bolha dos filtros apresenta três dinâmicas até então desconhecidas. A primeira questão é que cada indivíduo possui a sua própria bolha, que é singular e o deixa solitário. Em uma época em que acreditamos que as redes sociais facilitam o relacionamento entre as pessoas, Pariser (2012) destaca que “a bolha é a força centrífuga que nos afasta uns dos outros” (p. 154). O segundo ponto trata da invisibilidade da bolha, ou seja, uma falta de posicionamento claro sobre a sua ideologia. Explicando mais detalhadamente, um leitor de uma fonte de notícias conservadoras ou progressistas tem claro a inclinação política do meio que está consultando. Isso não ocorre se a fonte for o Google. Muitas pessoas nem imaginam que o “Google” faz suposições, filtra os resultados de busca a partir de pesquisas realizadas anteriormente. Assim, o motor de busca traça um perfil do usuário que não é revelado. Como afirma Pariser (2012) “não sabemos se as suposições que o site faz sobre nós estão corretas ou erradas. Por último não temos a opção de não ingressar na bolha, já que os filtros estão se tornando mecanismos de lucro para os sites. Um exemplo disso é que conhecendo o usuário torna-se fácil sugerir produtos, serviços que sejam do seu interesse. Assim temos propagandas personalizadas para cada usuário.

A partir desse contexto, ingressamos em relações virtuais com pessoas que pensam de forma parecida. O exemplo disso é o Facebook que se adapta aos nossos gostos e passa a mostrar apenas aquilo que ele acha que nos interessa. Nessa circunstância, conversamos apenas com nossos iguais, aprofundamos nossos pontos-de-vista e perdemos o contato com as discordâncias, desconsiderando assim outros focos. A bolha dos filtros impossibilita os encontros casuais, limitando a aprendizagem e impossibilitando novas percepções.

Pariser (2012) destaca o perigo do descontrole dos filtros:

Quando deixado por conta própria, os filtros de personalização servem como um espécie de autopropaganda invisível, doutrinando-nos com as nossas próprias ideias, ampliando nossos desejos por coisas conhecidas e nos deixando alheios aos perigos ocultos no obscuro território do desconhecido (PARISER, 2012, p. 226).

Apesar desse jugo virtual, Pariser (2012) apresenta algumas formas de contornar esse problema. O primeiro passo é apagar os “cookies” do computador. Cada vez que o usuário visita um site que utiliza essa ferramenta, que identifica o computador e o padrão de acesso, logo em toda ocasião que o usuário retomar o acesso, o site consegue identifica-lo e introduzi-lo em uma bolha na qual oferece-lhe produtos com o seu perfil. A outra maneira é apagar o histórico de navegação.

Segundo Pariser (2012) a personificação dos resultados do Google se deve em parte pelo histórico da web que pode guardar anos de navegação. Uma terceira observação refere-se ao Facebook, em diversas situações a empresa alterou as diretrizes de privacidade tornando informações que eram classificadas como privadas em públicas. Pariser (2012) destaca que nesse caso o melhor é nunca dizer ao Facebook algo que não quer que a web inteira saiba. Outra opção é tornar os seus dados privados, através das configurações do Facebook, algo que não é inteiramente seguro, caso o usuário esteja logado, os seus dados poderão ser transferidos para outros sites. Além disso, tem a opção de desativar “Personalização Instantânea” permitindo uma navegação mais livre.

### **3.5.2 - Estados e a Criptografia.**

Em outro contexto, estão os Estados que observam o ciberespaço e cogitam problemas em termos da soberania e de territorialidade. Lévy (2010) destaca que, através da rede, propriedades informacionais<sup>27</sup> podem ser transmitidas instantaneamente sem serem barradas por qualquer alfândega. Empresas podem realizar negociações econômicas internacionais, transferir pesquisas, tecnologias de forma instantânea. Nessa conjuntura, Lévy relata que “os Estados perdem o controle sobre uma parte cada vez mais importante

---

<sup>27</sup> São estes softwares, dados, informações de todo o tipo.

dos fluxos econômicos e informacionais” (2010, p. 210) que circulam no ciberespaço.

Outro aspecto são as legislações nacionais que só podem ser empregadas dentro seus respectivos Estados. Isso possibilita que entraves jurídicos sejam contornados “basta que um centro servidor que distribua ou organize a comunicação proibida seja instalado em qualquer (paraíso de dados)” (LÉVY, 2010, p. 210). A partir disso qualquer indivíduo pode se conectar a qualquer servidor no mundo, através de uma linha telefônica. As leis nacionais que tratam da informação e da comunicação se tornam inaplicáveis. É nessa circunstância que países como a China, Cuba, Irã, Coreia do Norte, Síria, Tunísia e outros tentam controlar a utilização e o fluxo de dados na Internet local.

Um bom exemplo disso é Cuba Rainsford (2012) relata que apenas parte da população tem permissão para acessar a rede em casa. Entre esses estão cientistas ou trabalhadores de empresas estrangeiras, e mesmo com autorização a conexão é extremamente lenta. O custo para acessar a Internet é elevado, em hotéis com rede wifi o serviço é fornecido por US\$ 8 a hora. Atualmente toda a conexão depende de um satélite que demanda uma elevada despesa. Contudo, há uma tentativa de interligar a ilha ao continente por meio de um cabo submarino de fibra ótica que levará Internet de alta velocidade. Isso ainda é uma expectativa, o certo é que a rede continua sendo controlada pelo Estado.

Na tentativa de burlar o controle das mensagens transferidas, Lévy (2010) relata que Phil Zimmermann - um norte-americano anarquista - desenvolveu em 1991 o PGP, que significa Pretty Good Privacy<sup>28</sup>. Esse software oportunizou que “dois correspondentes da rede se identificassem de forma infalível e codificassem as suas mensagens de forma inviolável” (LÉVY, 2010, p. 211). O PGP apresentou-se comou um programa barato e fácil de ser usado. Assim em pouco tempo a primeira versão do software, que era gratuita, se espalharia pela rede, fornecendo a simples usuários o sigilo que só os melhores exércitos possuíam.

---

<sup>28</sup> Significa Privacidade bastante razoável.

Perante esse fluxo de informações invioláveis, os Estados trataram a criptografia como um atentado a sua segurança e soberania. Lévy (2010) relata que países como a França e a China exigem autorização prévia para o uso de criptografia, algo extremamente difícil de conseguir. Os franceses classificam quem se utiliza de softwares como o PGP, sem prévia autorização, como armados, tomam isso como uma ameaça à segurança nacional. Por outro lado, a proibição de ferramentas de criptografia não evita que ciberterroristas, ciberpedófilos, e o crime organizado utilizem da criptografia. Afinal, como Lévy, eles não se importam “com uma ilegalidade a mais ou a menos” (2010, p. 212). Aragão (2013) reforçou a colocação de Lévy, ele relata que a comercialização de drogas pela Internet gera R\$ 2,4 milhões por mês, e os ilícitos chegam ao Brasil vindos de países como os EUA, Reino Unido, Holanda e Canadá. Perante essas circunstâncias podemos perceber que inúmeros filtros, barreiras são propostos e realizados na Internet, entretanto existem maneiras de burlá-los.

### 3.6 - NASCE A CIBERDEMOCRACIA

A palavra ciberespaço surgiu nos anos 80. Fazendo referência ao conceito cibernética, que fora criado por Norbert Wiener. Cibernética marcou a ideia de informação e de comunicação entre 1940 e 1950. Lemos e Lévy (2010) destacam que cibernética é “a ciência do governo” (p.51). Todavia, Wiener se baseou no termo grego *kubernetes para criar a ideia de cibernética*, esse em sua origem significa piloto, aquele que tem o controle do governo.

Como vimos, o conceito de “democracia” surgiu na Grécia antiga, a expressão designava, basicamente, o regime de demos<sup>29</sup>. Originada da palavra “*demokratia*”, significa o governo do povo. Nos primórdios das ideias democráticas, ela carregava, e ainda hoje apresenta o preceito da isonomia<sup>30</sup>,

---

<sup>29</sup> Nome pelo qual eram designadas as divisões territoriais administrativa na Grécia antiga.

<sup>30</sup> É a igualdade de tratamento dos homens perante a lei, pela qual os iguais devem ser tratados igualmente, mas situações desiguais devem ser tratadas desigualmente. (CASTARDO, 2011)

o direito de todo o cidadão escolher seus representantes através do voto e participar do governo. Na Grécia, apenas alguns militares participavam do governo, ficando de fora as mulheres, os estrangeiros, os ex-escravos e os escravos, ou seja, a ideologia possuía as suas falhas (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006).

Não obstante, assim como no período grego, e em nenhum outro, a democracia não atinge a sua totalidade. Na atualidade, muitas nações ditas democráticas resumem o seu direito de participação política ao ato de escolher os seus representantes através do voto. Após esse processo, o indivíduo retoma as suas atividades privadas. A política se tornou algo essencialmente burocrático, cuidando apenas das “coisas públicas”, uma atividade técnica não vinculada ao corpo civil.

Na modernidade o coletivo dos cidadãos é uma instância completamente diferente do Estado. Os cidadãos ficaram restritos à esfera do mundo privado, do kosmos ídios, enquanto o Estado ficou responsável pela do mundo público, do kosmos kóinos (AZAMBUJA, 2011, p. 440).

Nessa conjuntura, combinada com a realidade criada pelas tecnologias de informação e, sobretudo pela Internet, podemos examinar as potencialidades e possibilidades criadas por essa tecnologia. O ambiente digital apresenta-se como uma possibilidade de aumentar a participação dos cidadãos. Sabe-se que a Internet se apresenta como um espaço para a manifestação de opiniões e busca de informações, além de criar novos canais de comunicação e interação entre os cidadãos. A sociedade coetânea esta impregnada de artefatos tecnológicos. Nesse contexto é conveniente verificar as novas possibilidades de participação virtual, das redes sociais digitais.

Visualizando um quadro de distanciamento, em constante crescimento entre o governo e os cidadãos o governo norte-americano, do então presidente Clinton<sup>31</sup>, desenvolveu, no ano 2000, um guichê de atendimento no ciberespaço. Pretendendo aproximar o governo da população, nesse ambiente, os indivíduos podem buscar informações, realizar pedidos; enfim, encontrar facilidade nas transações com a administração do Estado. O novo posto de

---

<sup>31</sup> Bill Clinton 42º presidente dos Estados Unidos, governou de 1993 a 2001.

atendimento virtual foi denominado de *First gov*<sup>32</sup>. Nele, o cidadão localiza naturalmente informações sobre o poder executivo, judiciário e legislativo. O *site* concebe uma ferramenta inovadora de relacionamento entre o cidadão e o governo. Entre o ano 2000 e os dias de hoje, outras ferramentas foram acrescentadas a essa comunicação, Estado - nação, conforme pode ser verificado no portal do governo dos EUA, são eles: *Facebook*<sup>33</sup>, *Twitter*<sup>34</sup>, *RSS*<sup>35</sup>, *Youtube*<sup>36</sup>, entre outros. Podemos constatar, com isso, que estamos vivendo um período, como afirma Lévy, de “*governo eletrônico*”.

O caso dos Estados Unidos não é, de forma alguma, isolado. Na maior parte dos países avançados, as iniciativas multiplicam-se no sentido de simplificar os procedimentos administrativos, tornar os <<processos de produção da lei>> mais transparentes aproximar o governo do cidadão pela via da Internet (LÉVY, 2003, p. 102, grifo do autor).

A democracia inicia uma vivacidade extrema de sua existência como nunca antes ocorreu. A *Internet* oportuniza ao cidadão sair da condição de espectador das ações públicas para a classe de agente transformador. Facilitando a comunicação entre governo e sociedade, o Ciberespaço produziu o espaço público de debate que não pode ser fechado, em poucos minutos uma ação, uma atitude política é conhecida por uma infinidade de internautas. Os dados estão organizados de forma prática e quase gratuita, a informação está à disposição de todos, de uma forma incontroleável.

As Nações Unidas, através de relatório publicado em maio de 2011 declarou que o acesso à Internet é um direito humano, uma ferramenta poderosa na prática política. Como podemos verificar:

O Relator Especial acredita que a Internet é um dos instrumentos mais poderosos do século 21 para o aumento transparência na condução dos poderosos, o acesso à informação, e para facilitar

---

<sup>32</sup> Portal oficial do governo dos EUA. Disponível em: <<http://www.usa.gov/>>. Acesso em: 05 Janeiro 2013.

<sup>33</sup> Perfil oficial do governo dos EUA no Facebook. Disponível em: <<http://www.facebook.com/USAgov>>. Acesso em: 05 Janeiro 2013.

<sup>34</sup> Conta oficial do governo dos EUA no Twitter. Disponível em: <<http://twitter.com/USAgov>>. Acesso em: 05 Janeiro 2013.

<sup>35</sup> Serviço oficial de notícias do governo dos EUA utilizado para compartilhar as suas últimas novidades ou textos. Disponível em: <<http://www.usa.gov/rss/index.shtml>>. Acesso em: 05 Janeiro 2013.

<sup>36</sup> Canal oficial no YouTube do governo dos EUA. Disponível em: <<http://www.youtube.com/USGovernment>>. Acesso em: 05 Janeiro 2013.

participação ativa dos cidadãos na construção de sociedades democráticas. (NAÇÕES UNIDAS, 2011)

No documento a ONU caracteriza a Internet como um instrumento que aumenta a transparência através da divulgação de informações e facilita a participação do cidadão. Na ocasião da publicação do relatório, acontecia a Primavera Árabe - fato já mencionado sobre a deposição do presidente Hosni Mubarak. Esse é um bom exemplo que mostra o desempenho da Internet na busca por justiça e igualdade.

Segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT)<sup>37</sup>, 39% da população mundial está online. A UIT afirma que em 2013, mais de 2,7 bilhões de pessoas utilizam a Internet. Além disso, 750 milhões de domicílios, um percentual de 41% a nível mundial está conectado à Internet. A Europa possui o maior índice de acesso, 75% dos habitantes utilizam a Internet. Logo atrás, aparece a América, 61% da população local está navegando<sup>38</sup> (UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, 2013).

Perante toda essa intensidade de abrangência é evidente a repercussão da Internet na ordem política. O principal benefício é a possibilidade de se divulgar conteúdo e opinião, permitindo que outros posicionem ideias, desenvolvendo um diálogo livre, é uma troca de informações que ocorre sem a necessidade de aprovação de grupos midiáticos. A Internet se apresenta, como um local que atende necessidades individuais. Além disso, ela propicia atividades que reafirmam valores democráticos, por meio da participação política, articulação de grupos sociais e discussões públicas. É por essas características que muitos pensadores como Pierre Levy, encaram a Internet como uma forma de revitalização da esfera democrática.

Apesar de se encontrar na rede um abundante fluxo de dados políticos, não existe uma tradição de discutir esse assunto. Em contraponto a essa indesejável condição democrática, os fóruns virtuais se apresentam como uma importante ferramenta de discussão, oportunizando o contato civilizado e a

---

<sup>37</sup> É a agência especializada das Nações Unidas para a tecnologia da informação e comunicação. Disponível em: <<http://www.itu.int/ict>> Acesso em: 05 Janeiro 2013.

<sup>38</sup> Ver gráficos em anexo A e B.

troca de opinião, desenvolvendo uma verdadeira “*ágora*”<sup>39</sup> virtual” transmutando a democracia, o que Lévy chama de Ciberdemocracia.

As inovações técnicas abrem novos campos de possibilidades que os atores sociais negligenciam ou apreendem sem qualquer pretensão mecânica. Um vasto campo político e cultural, quase virgem, abre-se para nós. Poderíamos viver um desses momentos extremamente raros em que uma civilização inventa a si própria, deliberadamente. (LÉVY, 2000, p. 60)

Lévy (2000) relata que é necessário promover espaços de integração para desenvolver a prática democrática. Nesse sentido, o ciberespaço apresenta-se como um mecanismo de discussão pública, colocando em prática uma “civilização acompanhada por computador” (LÉVY, 2000, p. 67). Nesse local é valorizado o indivíduo que é mais cooperativista, urbano e desenvolvedor de variedades, ao contrário dos moldes tradicionais da democracia, em que se destaca o mais hábil em assumir o poder ou de transformar as multidões anônimas em categoria principal.

### 3.7 – DINÂMICA DAS CIDADES INTELIGENTES

Interligar conhecimentos, fazer conexões entre nações e indivíduos é a dinâmica das cidades inteligentes. O tempo encontra-se corrompido por uma rapidez quase incompreensível. As relações físicas estão adulteradas por contatos virtuais. Resumidamente, temos integração entre as economias e sociedades. Nesse contexto, como afirma Lévy (2000), surge a necessidade de novos modelos de organização política, o que poderia caracterizar “um aprofundamento da democracia” (p. 59). Nesse momento seguiremos o Filósofo Pierre Lévy e apresentaremos uma conjuntura “utópica” em que os computadores propiciam a realização de uma democracia direta, mais eficiente que os padrões até então conhecidos.

Na atualidade, o coletivo inteligente apresenta-se como a nova forma da cidade democrática. Buscando assinalar algumas regras para a democracia em tempo real, Lévy (2000) destaca que os alicerces para a inteligência

---

<sup>39</sup> Praça pública das antigas cidades gregas, local onde ocorriam os debates políticos.

coletiva são a escuta, a expressão, a decisão, a avaliação, a organização, a conexão e a visão, cada uma delas ligada a outras.

### 3.7.1 – Governança Eletrônica

O ciberespaço transforma e aumenta a capacidade de comunicação entre os indivíduos. Ele se apresenta como uma evolução de elementos históricos que são coadjuvantes do processo democrático. Entre esses podemos destacar a escrita que desempenhou o papel de facilitador, pois possibilitou a todo o cidadão ler, aplicar e criticar a lei, além disso, permitiu a ampla participação na elaboração das leis. Outra técnica referencial é a imprensa, com ela ocorreu o aperfeiçoamento dos Estados-nações e o desenvolvimento de opinião nacional. O que foi iniciado pela imprensa foi aprimorado pelo rádio, pela televisão, pela telefonia e mais recentemente pela rede de computadores. Essa última integra todos os anteriores e faz nascer um novo espaço público.

Perante essas condições Lemos e Lévy (2010) destacam que a expansão do ciberespaço produz duas condições. Na primeira parte temos mais liberdade individual e coletiva, na segunda, encontramos maior comunicação e interdependência. Isto se compreende prontamente, pois podemos verificar na *Internet* uma liberdade de comunicação, de expressão e publicação. Além disso, existe a possibilidade de acesso livre a dados, e contatar diversas pessoas em diferentes redes sociais.

Essa nova forma de diálogo provoca uma comunicação múltipla em que vários indivíduos, possuem a possibilidade de escrever coletivamente, produzindo uma aprendizagem colaborativa, em rede. Bons exemplos são as redes sociais como o *Facebook*, *Orkut*, *blogs* e *microblogs*. Lemos e Lévy (2010) afirmam, “Esse novo espaço redefine radicalmente as condições de governança e vai, provavelmente, engendrar novas formas políticas, ainda dificilmente previsíveis” (p. 52)

Os avanços tecnológicos permitidos pela colaboração apontam para uma mobilização cultural e política. Assim, as cidades democráticas se encaminham para uma ampliação da liberdade: o ciberativismo, ágoras virtuais e governos eletrônicos, os quais contribuem para que ocorra uma transparência na gestões públicas e maior participação dos cidadãos. As novas mídias, o dinheiro, novas descobertas científicas e tecnológicas unificam os territórios e desterritorializam o planeta em uma velocidade surpreendente. Nessa circunstância segundo Lemos e Lévy (2010) a cultura, o humano “será composto pelo entrecruzamento ativo e pela interconexão criativa de todas as vozes” (p.54).

Indo em direção à inteligência coletiva, a liberdade e a interconexão se fazem necessárias, pois aperfeiçoam o uso dos saberes presentes nas comunidades. Somente será alcançada a derradeira inteligência coletiva nas comunidades que promoverem cooperação competitiva. Pois, através da liberdade temos uma variedade de produção de saberes de ideias e de recursos. Esses por sua vez, podem desenvolver benefícios mútuos por meio da interconexão. Segundo Lemos e Lévy (2010), os benefícios da inteligência coletiva podem ser aplicados em três pontos: no mercado, na cidade democrática e nas comunidades científicas.

É nesse contexto que a Ciberdemocracia aparece como um espaço aberto de comunicação e de cooperação, pois uma vez que, falar em democracia propicia a ideia de direitos e de liberdade. Encontramos na democracia o preceito de liberdade que torneia a inteligência coletiva. Tamanha a importância da liberdade que um dos conceitos mais mencionados é “que não há democracia sem liberdade de imprensa” (LEMOS E LÉVY, 2010, p. 55). Assim podemos verificar que possuir uma mídia livre é um dos preceitos da democracia. Esse valor destinado a imprensa também se estende para a *Internet* possibilitando uma maior facilidade no exercício da política, conforme, Lemos e Lévy (2010) destaca:

[...] o ciberespaço oferece uma liberdade de expressão, memória e navegação na esfera informacional infinitamente maior do que todas as outras mídias anteriores, ao mesmo tempo em que é uma ferramenta sem precedentes de mobilização da inteligência coletiva. (LEMOS E LÉVY, 2010, p. 55)

Lemos e Lévy (2010) relatam que vivemos em um período em que a democracia e a rede de computadores se auto-sustentam em um “circulo auto criativo global” (p. 55), ou seja, a liberdade existente na *Internet* possibilita desempenhar o conceito democrático. Não se pode mais pensar em democracia sem o envolvimento do ciberespaço, eles estão intimamente ligados pelas essências mais elementares da humanidade: o desejo de liberdade e a energia inovadora da inteligência coletiva.

### **3.7.2 - Democracia: representativa e direta**

A democracia moderna encontrou na representatividade os meios para promover a soberania popular em condições físicas inconcebíveis. Por outro lado, as novas concepções de comunicação desenvolvidas através do *ciberespaço* ultrapassam as baterias até então conhecidas. Tal como podemos perceber Azambuja (2011):

Em sociedades de massas, obviamente, uma cidade ou Estado não pode reunir todos os seus três, quatro ou dez milhões de cidadãos em praça pública para ouvirem os oradores e, então, deliberarem revelando os seus votos. Isto é, claro, materialmente impossível. No entanto, parece não menos evidente que os meios de comunicação digitais multimídia interativos, os computadores, poderiam simplesmente ocupar - e com infinitas vantagens "cibernéticas" - desterritorializadamente o lugar do *Ágora* antiga. Tais meios de comunicação expandidos e difundidos em escala de massas poderiam colocar, para cada cidadão ouvir, ver, ler, os defensores desta ou daquela proposição diante deste ou daquele fato ou encaminhamento. A partir daí, os cidadãos poderiam manifestar sua vontade através de seus computadores domésticos, emitindo seus votos para uma central de computação, pertencente a um sistema centralizado do Estado. (AZAMBUJA, 2011, p. 614).

Perante essa condição, Lévy (2000) relata que a filosofia política ainda não foi capaz de avaliar a democracia direta neste tempo de *ciberespaço*. Isso resulta, em parte, porque as condições técnicas só foram possíveis a partir de meados dos anos 80. A democracia representativa se mostrou como uma opção técnica para a dificuldade de reunir todos os cidadãos. Contudo, o ideal democrático é a participação do povo na vida da cidade, ou seja, o sufrágio é apenas um meio para contornar a dificuldade de reunir todos os que possuem direito de participar da administração pública, promovendo assim um

representante. Com base no uso da tecnologia, seria necessário elegermos representantes? No montante dessa reflexão Lévy (2000) destaca:

O voto clássico é apenas um meio. Por que não conceber outros, com base no uso de tecnologias contemporâneas que permitiriam uma participação dos cidadãos qualitativamente superior à que confere a contagem de cédulas depositadas nas urnas? (LÉVY, 2000, p. 64)

O voto tradicional permite pouco envolvimento do cidadão fazendo com que a sua mobilização ocorra somente a cada quatro ou cinco anos. Lévy (2000) descreve que uma democracia direta através do *ciberespaço*, possibilitaria uma participação em tempo real, permitindo uma contribuição de todos na resolução de problemas e no aperfeiçoamento da comunidade. Além disso, gera-se um amplo campo para a formulação de argumentos, onde as discussões contribuiriam para expor e adotar posições variadas sobre uma vasta diversidade.

Azambuja (2011, p. 614) relata que os computadores domésticos, pessoais e na atualidade, tablet e smartfone trabalhariam como ferramentas de acesso a documentos, textos, vídeos que remetessem ao tema em questão, possibilitando o posicionamento crítico sobre a matéria. Em suma a qualquer instante haveria a possibilidade de realizar uma “assembleia geral virtual”, propiciando aos cidadãos participarem efetivamente com a sua opinião, como era realizado na ágora grega.

### **3.7.3 – Novo Cidadão**

A ciberdemocracia deve primar por conceber o discurso das pessoas sem passar por representantes. Esse feito promove uma dinâmica que gerencia os debates, valorizando a multiplicidade de ideias. Lévy (2000) destaca que nesse contexto: “Cada um poderia se situar em um mundo virtual cujo enriquecimento e modelagem de todos contribuiriam por meio de seus atos de comunicação” (p. 66). A partir daí, Lévy denomina os indivíduos como sujeitos coletivos da enunciação e produz questionamentos tais como: O que

permite dizer “nós”, caracterizar um ser plural? Esse “nós” pode falar genuinamente pelo coletivo? Há perda ao dizer “nós”?

Para desvencilhar essas questões Lévy (2000) descreve que os participantes de uma manifestação contribuem para a promoção de uma conjuntura de elementos que expressam problemas, leis, mudanças. Entretanto, essa prática concebe riscos, uma vez que essas mobilizações abafam as divergências e excluem as diferenças que singularizam as pessoas. Em raríssima condição favorece, para que um dos participantes contribua para o surgimento da manifestação ou para a sua negociação. Lévy (2000) compara a manifestação com o voto:

A manifestação, como o voto, só possibilita aos indivíduos construir para si uma subjetividade política que pertença a uma categoria [...]. Quando todos os membros de um coletivo formulam (ou assim o supõe) as mesmas proposições, o agenciamento de enunciação coletiva encontra-se no estágio da monodia ou do unísono. Os nós pobres enunciam proposições monótonas. Pois há várias maneiras de dizer “nós”. (LEVY, 2003, p. 66)

Assim, para Levy, o voto, a manifestação oportuniza ao sujeito a sensação de pertencer a um grupo. Os componentes desse grupo formulam as mesmas presunções, pois se encontram na mesma sintonia e não produzem diferentes observações. Na realidade eles são coadjuvantes de uma única teoria, possuem o mesmo olhar e a mesma voz.

Outro foco é a redação das leis, em jornais, revistas, livros e diversas outras publicações que possibilitam a participação de diversos redatores. No domínio político, o equivalente seria a produção de leis através da discussão, reelaboração e participação geral social. Entretanto ocorre que o autor apresenta um produto final, sem possibilidade de discussão entre os que não fazem parte do parlamento. Assim, a redação de um projeto de lei fica a cargo de um autor, um diretor, um redator principal e um “regente” genérico. Nessa conjuntura a fala do coletivo não é emitida, é cerceada por um representante. Lévy (2000) destaca que para ocorrer à livre apresentação das ideias na sociedade não deve haver barreiras. Assim como a respiração deve brotar incessantemente a fala do coletivo deve ser exposta em tempo real.

Em contraponto a essa realidade, Lévy (2000) destaca que o ciberespaço se apresenta como agenciador da produção política, que permite ao coletivo a ressonância contínua de sua vontade. A democracia em tempo real desenvolve o “nós” mais belo, através de ações improvisadas, ela desenvolve no indivíduo a necessidade de escuta, de se transformar e se harmonizar com os outros. Lévy (2000) compara essa ação a um concerto em que a consonância de instrumentos e vozes devem se harmonizar para decorrer um belo espetáculo, a isso ele denomina de *Coral Polifônico Improvisado*. Para Lévy (2000) a ciberdemocracia além de permitir uma *Civilidade Acompanhada por Computadores*, constituiria a forma de um jogo coletivo, de proporções planetárias. Nessa concepção o vencedor é o que desenvolve as mais eficientes inter-relações de cooperativismo. E os derrotados serão os mais hábeis em assumir o poder, em abafar a voz dos outros. (p. 67)

Lévy (2000) entende que a nova forma de comunicação gerada pelo *ciberespaço* não dispensam a existência de um mediador. Essa ação deve ser realizada de forma imanente em substituição a transcendente. Quando realizada uma mediação transcendente, os mediadores são encarados como deuses de uma hierarquia superior e inatingível. Entretanto quando a mediação é de forma imanente, um *software*, uma ferramenta eletrônica desenvolve a mediação. Essa mediação é conduzida por usuários que lançam e refletem incalculáveis vezes o produto do debate, gerando um espaço dinâmico em que, através da comunicação, todos podem participar enriquecendo e modelando o resultado final. Levi (2003) destaca que a “ágora virtual” apresenta-se como um agenciador coletivo de anunciação, contribuindo para que os enunciados circulem livremente sem deformidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problematizar a relevância do ciberespaço para a elaboração do conceito de Democracia é uma proposição de contornos gigantescos, tendo em vista tanto a rapidez com que os fatos acontecem quanto seu campo de abrangência. Nessa dissertação, nos propomos a contribuir com essa discussão, já que a mesma vem preocupando estudiosos de diferentes áreas. Elencaram-se alguns fatos que pudessem ilustrar o argumento que estamos nos propondo a aprofundar. O primeiro capítulo desse trabalho contextualizou a cidade clássica de Atenas em 500 a.C. onde Clístenes assegurou a soberania do povo no governo fazendo nascer assim a democracia.

Para Funari (2006) a democracia ateniense alcançou o seu esplendor com Péricles, que aprimorou a organização política e permitiu às classes mais pobres participar da política, deixando as suas ocupações, pois foi criado um sistema de remuneração em que fornecia renda aos participantes das assembleias.

Em seguida, analisamos o conceito de Democracia nas obras de Platão e Aristóteles. Platão defendeu que o controle político da cidade deveria permanecer nas mãos de uma minoria virtuosa. Ao contrário do que é difundido nos dias de hoje que a democracia é o governo do povo, para Platão a democracia é o governo dos pobres. Em continuidade ele destaca que todas as formas de governo surgem da decadência de uma antecessora. No caso da democracia, ela é antecipada pela oligarquia.

Para Platão as exigências de liberdade e igualdade política são incompatíveis com a manutenção da ordem, da autoridade e da estabilidade. A liberdade, em curto prazo, promove a criação de uma sociedade atraente, entretanto em longo prazo, corrói o respeito para com as autoridades morais e políticas. Em fim, liberdade pode gerar uma anarquia, sendo a falta de submissão às hierarquias, familiares, patronais e governamentais.

Aristóteles (2009) expõe seis formas de governo: realza, tirania, aristocracia, oligarquia, república, democracia. Para Aristóteles, a democracia surge de um desvio da república que só privilegia os interesses dos pobres. Ele concorda com Platão, que é o governo dos pobres, mas retifica que é o governo dos cidadãos de maioria livres e pobres. Aristóteles afirma que cada sociedade possui os governantes que refletem as suas próprias características. Partindo disso ele destaca que existem quatro espécies de democracia.

A primeira é baseada na igualdade entre os indivíduos. A segunda concede o direito de voto a todos os que forem dignos por nascimento e que não trabalhem. Na terceira todos os que forem livres podem participar do governo. A quarta espécie exige a igualdade absoluta desenvolvendo leis idênticas para pobres e ricos. Por fim, Aristóteles adverte que esse tipo de governo pode ser um antro de demagogos, pois as leis não possuem força. Nesse contexto, o povo se torna tirano e o governo se transforma em tirania.

No final do primeiro capítulo verificamos a relação do público e do privado através de Hannah Arendt, uma vez que Atenas estava organizada em dois espaços de ação política: a economia doméstica (*oikia*, o lar) e a Cidade-Estado (*pólis*). Arendt destacou-se que o lar concedia o amparo necessário para o exercício da cidadania, era o elo do indivíduo com a sociedade e a *pólis* se constitui um espaço de liberdade e isonomia; em que todos os cidadãos podiam participar das negociações de interesse da *pólis*.

No segundo capítulo ingressamos na modernidade, dando continuidade a análise do espaço por Arendt. Para ela, na modernidade, surge o espaço social, local onde o governo é conduzido por corporações e que a isonomia não existe. É nesse contexto que a Revolução Francesa representa regressar a civilização moderna para a antiguidade clássica pretendendo reconstruir a sociedade utilizando a razão.

Lefort destacou que as sociedades modernas não se reconstroem puramente ao curso de revoluções. A revolução é um processo gigantesco de ruptura entre o antigo e o novo que propicia o nascimento de uma identidade nacional. Arendt diferencia o conceito de revolução de revolta. Segundo ela a

revolta é um movimento cíclico controlável pelos governantes, já a revolução é um ato incontestável enquanto para Lefort o rebelde não possui consciência de que os seus atos construirão uma nova ordem social.

Após a Revolução Francesa, as práticas governamentais foram alteradas e a política passou a ser “coisa pública”, ou seja, todo cidadão tinha o direito e o dever de ser informado sobre as determinações públicas. O Estado passou a ser responsável por setores que dependiam da iniciativa privada, de caridade, como é o caso da educação e da saúde que antes dependiam de ações da Igreja. Além disso, surgem novas práticas para organizar a vida em sociedade tais como a consulta popular através das eleições e a deliberação pública e assim os magistrados passaram a ser eleitos e possuíam tempo limite no cargo.

Nessa reconstrução, a democracia moderna se estruturou no sistema representativo por não poder reunir toda a população para deliberar. Para confrontar os pontos positivos e negativos da democracia representativa apresentamos os argumentos de Rousseau e Constant.

No conceito de Democracia moderna o povo exerce o poder controlador pelo meio do sufrágio. Apesar disso, para Rousseau, entre democracia e representação não existe conexões, pois na democracia o povo governa sem intermediários. Em contrapartida, pensadores como Benjamin Constant defendem o governo representativo, como a melhor opção de uma forma direta de governo. Apesar das discordâncias, ambos concordam que a democracia é a única forma de manter a liberdade e demais bens privados dos cidadãos. Assim, o governante de uma nação representa as suas ações, seus atos são realizados em nome dos cidadãos, mas não substitui o povo em sua soberania.

No terceiro capítulo, constatamos que a tecnologia permanece se remodelando, oportunizando sempre uma nova descoberta. Essa se reinventa e apresenta novas oportunidades para a sociedade. Nessa condição a Segunda Guerra Mundial contribuiu para o desenvolvimento de novas estruturas de comunicação. Como destacamos anteriormente, a INTERNET

surge nesse contexto com a prerrogativa de manter um canal de comunicação indestrutível a ataques nucleares. Com o passar do tempo essa nova forma de comunicação se apresentou como um mecanismo que agêcia a interligação entre os indivíduos em um espaço virtual que valoriza a troca de informação, descartando a necessidade de um contato físico.

Como já mencionado a rede ultrapassa o crivo da economia e interage nos campos das relações sociais, culturais e políticas deixando de possuir uma conotação regional para prosseguir em um contexto global e fazendo com que os Estados projetem suas nações para uma governança global. Como ensaio dessa nova governança, encontramos os “Blocos Econômicos” que prezam primeiramente uma integração comercial dos países envolvidos. Entre as premeditações de um governo mundial destacamos a menção realizada por Lévy (2003) ao cargo de Secretário Geral das Nações Unidas. Segundo o filósofo, essa função detém poderes de um ministério que administra um governo mundial. Essas experiências nos remetem a um novo enquadramento da política global, um novo conceito de Democracia muito mais participativo e integrado à nação.

É na premissa das mudanças que as Comunidades Inteligentes se estruturam para se entrelaçarem nos mais diferentes segmentos. Na Europa a “governança eletrônica”, promove a facilidade de comunicação entre o cidadão e os órgãos públicos. No Brasil, desenvolveu-se o Plano Nacional de Cidades Digitais e está sendo disponibilizado aos cidadãos. A Internet se apresenta como uma ferramenta que facilita ao cidadão do mundo ter acesso a serviços que antes da “web” só poderiam ser obtidos de forma presencial.

A Internet mostra que a sociedade pode desenvolver um acesso sem filtro aos assuntos do governo. Casos como os que foram apresentados - da *Wikileaks* e da *Primavera Árabe* - reforçam essa percepção por conduzirem a sociedade a alterações expressivas na maneira de se fazer política. Essa ferramenta desenvolve, através das redes, uma ampliação do conceito de espaço público de debate propiciando ao cidadão acompanhar e vigiar com maior facilidade os governantes. Resumidamente as redes sociais, através da Internet, revigoram o conceito de Democracia por oportunizar um espaço

favorável para o debate de assuntos de interesse público, pois elas proporcionam uma maior participação da população que pode emitir a sua opinião.

Em meio a todos esse fatos cabe um questionamento: até que ponto, temos liberdade na Internet? Observamos que somos analisados a cada acesso a rede por uma geração de filtros “on-line”. Pariser (2012) revela que somos introduzidos em bolha dos filtros que procura nos direcionar contatos e produtos segundo o que representa ser o nosso perfil. Esse fato limita a nossa aprendizagem e impossibilita novas percepções, entretanto existem maneiras de burlar o sistema, as quais são bem simples e foram apresentadas no trabalho.

Também verificamos que existem Estados que realizam varredura no ciberespaço buscando possíveis ações que afetem a sua soberania. Mais especificamente a circulação de dados que ferem as propriedades informacionais. Nesse aspecto existem limitações legais cuja legalidade é limitada pelas fronteiras nacionais a que pertença. Apesar disso, alguns países tentam controlar o fluxo de dados e classificam alguns softwares como mecanismos de atentado a segurança e soberania nacional e mesmo assim não impedem que criminosos virtuais continuem agindo. Nessa condição constatamos que mesmo existindo inúmeros filtros, barreiras e legislações há maneiras de burlar e espalhar informações que se deseja.

Argumentamos que o ciberespaço, conforme os autores aqui trabalhados, tem um forte e importante envolvimento na política. Um dos exemplos citados foi o guichê de atendimento no ciberespaço, denominado de *First gov*. Nessa nova conjuntura, materializou-se o premeditado nos estudos de Lévy que sociedade encontrou na rede uma nova “Ágora” para discutir suas inquietações e através dela se organizar para buscar soluções. A Internet propicia uma reafirmação dos conceitos democráticos, por meio de uma participação política, uma articulação de grupos sociais e discussão pública. Nesse novo conceito de Democracia é valorizado o indivíduo que é mais cooperativo, urbano e desenvolvedor de variedade.

Essa nova conjuntura oportuniza o surgimento de um novo conceito de cidade muito mais inteligente, eficiente que os padrões conhecidos. Nesse cenário é indispensável um novo modelo de organização política, um aprofundamento da democracia.

O ciberespaço transforma e aumenta a capacidade de comunicação entre os indivíduos produzindo duas condições. Na primeira, temos mais liberdade individual e coletiva, enquanto na segunda, encontramos maior comunicação e interdependência. Isso se compreende prontamente, pois podemos verificar na *Internet* uma liberdade de comunicação, de expressão e publicação, além disso, existe a possibilidade de acesso livre a dados, e a pessoas.

Assim o conceito de Ciberdemocracia aparece como um espaço aberto de comunicação e de cooperação. Encontramos o preceito de liberdade que torneia a inteligência coletiva. Compreendemos a partir dos autores estudados que não há democracia sem liberdade de imprensa. Essa importância dedicada a imprensa se estende para a *Internet* permitindo uma facilidade no exercício da política. Não se pode mais pensar em democracia sem o envolvimento do ciberespaço, ambos estão intimamente ligados pelas essências mais elementares da humanidade: o desejo de liberdade e a energia inovadora da inteligência coletiva.

Entretanto, Levy (2003) destaca que a filosofia política ainda não foi capaz de avaliar a democracia direta neste tempo de *ciberespaço*. A democracia representativa se mostrou como uma opção técnica para a dificuldade de reunir todos os cidadãos. Com base no uso da tecnologia, seria necessário elegermos representantes? Levy (2003) destaca que o voto é apenas um meio e o uso de tecnologias é capaz de permitir uma participação de melhor qualidade aos cidadãos que o voto tradicional. O *ciberespaço* possibilitaria uma participação, em tempo real, ao cidadão.

Atualmente já possuímos os mecanismos necessários para que isso se desenvolva. Azambuja (2011, p. 614) destaca que computadores domésticos, pessoais tais como tablet e smartfone possibilitam o posicionamento crítico

sobre a matéria. Em suma, a qualquer instante haveria a possibilidade de realizar uma “assembleia geral virtual, propiciando aos cidadãos participarem efetivamente com a sua opinião como era realizado na ágora grega.

A ciberdemocracia valoriza a criação do discurso das multidões sem incidir por representantes. Nesse contexto, todas as pessoas podem se posicionar no mundo virtual e contribuir para o enriquecimento e para a construção da comunicação. Esses indivíduos são denominados por Levy como sujeitos coletivos da enunciação.

Para Levy (2003) o ciberespaço é um agenciador da produção política permitindo ao coletivo expressar sua vontade e a democracia, em tempo real, desenvolve no indivíduo a necessidade de escuta, de se transformar e se harmonizar com os outros.

Finalizando Levy afirma que a comunicação gerada pelo *ciberespaço* não dispensam um mediador e que essa ação deve ser realizada de forma imanente, por um *software* - uma ferramenta eletrônica. Nessa mediação a reflexão ocorre incalculáveis vezes e através desse sistema é gerado um espaço dinâmico em que todos possam participar enriquecendo e modelando o resultado final. Nessa “ágora virtual” os enunciados circulam livremente sem distorções.

Na pesquisa realizada podemos averiguar a respeito das mudanças no conceito de Democracia a partir da emergência do ciberespaço, se o exercício da ciberdemocracia é plausível e se o debate público virtual contribui para uma participação democrática dos cidadãos. Constatamos que a nova conjuntura política oportuniza o surgimento de uma nova condição de cidadania: que qualquer cidadão conectado a rede acessa inúmeras fontes e interage com inúmeros indivíduos e isso lhe possibilita uma participação nunca antes ocorrida e, ao mesmo tempo totalmente inovadora e desconhecida. Assim o ciberespaço se oferece como um canal de interação, de transmissão de conhecimento e de opinião, ou seja, aumenta a capacidade de comunicação entre os indivíduos, possibilitando um canal ininterrupto de debate.

Atualmente, o voto tradicional permite pouco envolvimento do cidadão e a participação política se resume em uma mobilização que ocorre somente a cada quatro ou cinco anos. Como já mencionado anteriormente, a “Web” permite uma organização constante de debates públicos e por isso a Internet se apresenta como o caminho mais eficiente de combate a corrupção e defesa dos direitos e vontades dos cidadãos.

Diante dessa nova organização ciberespacial já mencionada, o debate público virtual contribui para uma participação democrática dos cidadãos e esse novo quadro político mundial já é uma realidade. Tal conjuntura permite uma nova concepção nos estudos da filosofia política, totalmente inovadora e desconhecida, necessitando assim de maiores investigações que visem, ainda, uma melhor compreensão desse novo panorama político mundial.

## REFERÊNCIAS

- ABRACCI - ARTICULAÇÃO BRASILEIRA CONTRA A CORRUPÇÃO E A IMPUNIDADE. **Ficha Limpa: A Lei que o Brasil Faz Valer. O QUE É FICHA LIMPA**, 2012. Disponível em: <[http://www.fichalimpa.org.br/index.php/main/ficha\\_limpa](http://www.fichalimpa.org.br/index.php/main/ficha_limpa)>. Acesso em: 05 Jan. 2013.
- ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. 5ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. 293 p.
- ARAGÃO, Alexandre. Folha de São Paulo. **No submundo da internet, site vende drogas e movimenta cerca de R\$ 2,4 mi por mês**, 18 Fevereiro 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/1232349-escondido-no-submundo-da-internet-site-vende-drogas-e-movimenta-cerca-de-r-24-milhoes-por-mes.shtml>>. Acesso em: 23 Fevereiro 2013.
- ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. São Paulo: Ática, 1990. 261 p.
- \_\_\_\_\_, Hannah. **A condição humana**. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. 407 p.
- ARISTÓTELES. **A Política**. 2ª. ed. Bauru: Edipro, 2009. 283 p.
- AZAMBUJA, Celso Cândido. **A República Digital: poder e política na sociedade tecnológica**. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2011. 1775 p. Edição digital.
- AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. Jacobinos. In: **Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 261
- CASTARDO, Hamilton. Isonomia. In: **Dicionário Jurídico-tributário** p. 4246, 07 Fevereiro 2011. Disponível em: <[http://www.amazon.com.br/gp/product/B004MPRKS0/ref=docs-os-doi\\_0](http://www.amazon.com.br/gp/product/B004MPRKS0/ref=docs-os-doi_0)>. Acesso em: 20 Julho 2013. Edição digital.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. 6ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 698 p.
- \_\_\_\_\_, Manuel. Citlab (centro de inovação social e digital). **Palestra Comunicação e Poder: Wikileaks causa pavor en los gobiernos de muchos países**, Barcelona, 2010 - A. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=IHVzOggtVvg&list=PLF986289DC69E37F2>>. Acesso em: 05 maio 2011.
- \_\_\_\_\_, Manuel.; DUARTE, Alec. Folha de São Paulo. **"Se um país não quer mudar, não é a internet que irá mudá-lo", diz sociólogo espanhol.**, 21 Setembro 2010 - B. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/801906-se-um-pais-nao-quer-mudar-nao-e-a-internet-que-ira-muda-lo-diz-sociologo-espanhol.shtml>>. Acesso em: 2011 Maio 05.

- CAVALCANTE, Berenice. **A revolução francesa e a modernidade**. 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 1990. 71 p.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994. 424 p.
- CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. In: **Filosofia Política**, Porto Alegre, n. 2, p. 9-25, 1985.
- CUNNINGHAM, Frank. **Teoria da democracia: uma introdução crítica**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 286 p.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Grécia e Roma**. 4ª. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 143 p.
- GARCEZ, Bruno. Protestos mostram descompasso entre 'sociedade 3.0' e 'governo 1.0', diz analista. **BBC Brasil**, Londres, jun. 2013. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130624\\_redes\\_ronaldolemo\\_s\\_bg.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130624_redes_ronaldolemo_s_bg.shtml)>. Acesso em: 24 jul. 2013
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da história**. 2ª. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. 373 p.
- HELD, David. **Modelos de Democracia**. 3ª. ed. Madrid: Alianza, 2009. 458 p.
- HOBSBAWM, Eric John Earnest. **A era das revoluções: 1789-1848**. 25ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 535 p.
- JAPIASSÚ, Hilton.; MARCONDES, Danilo. Democracia. **Dicionário básico de filosofia**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 67
- LEFORT, Claude. **A invenção da democracia: Os limites da dominação totalitária**. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 263 p.
- LEMOS, André.; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária**. 2ª. ed. São Paulo: Paulus, 2010. 258 p.
- LÉVY, Pierre. **A Inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 3ª. ed. São Paulo: Loyola, 2000. 212 p.
- \_\_\_\_\_, Pierre. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. 249 p.
- \_\_\_\_\_, Pierre. **Cibercultura**. 3ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. 270 p.
- NAÇÕES UNIDAS. Relatório. **Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression, Frank La Rue**, 16 Maio 2011. Disponível em: <[http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27\\_en.pdf](http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf)>. Acesso em: 18 Janeiro 2013.

PARISER, Eli. **O Filtro Invisível: O que a internet está escondendo de você.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 5149 p. Disponível em: <[http://www.amazon.com.br/O-Filtro-Invis%C3%ADvel-ebook/dp/B008OHONOU/ref=sr\\_1\\_1?s=digital-text&ie=UTF8&qid=1374718314&sr=1-1](http://www.amazon.com.br/O-Filtro-Invis%C3%ADvel-ebook/dp/B008OHONOU/ref=sr_1_1?s=digital-text&ie=UTF8&qid=1374718314&sr=1-1)>. Acesso em: 22 Fevereiro 2013. Edição digital.

PERCIO, Enrique Del; MAHIQUES, Esteban. Representação In: BARRETTO, V. D. P.; CULLETON, A. **Dicionário de Filosofia Política.** São Leopoldo: UNISINOS, 2010. p. 442 - 445

PLATÃO. **A República.** São Paulo: Marins Fontes, 2006. 419 p.

RABUSKE, Edvino Aloisio. **Antropologia filosófica: um estudo sistemático.** 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. 219 p.

RAINSFORD, Sarah. BBC BRASIL. **Em Cuba, internet segue lenta, apesar de cabo venezuelano.**, 26 Maio 2012. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120526\\_cuba\\_internet\\_ac.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120526_cuba_internet_ac.shtml)>. Acesso em: 22 Fevereiro 2013.

RÉMOND, René. **Introdução à história de nosso tempo: O Antigo Regime e a Revolução (1750-1815).** Tradução de Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, v. I, 1974 - A. 163 p.

\_\_\_\_\_, René. **Introdução à história de nosso tempo: O Século XIX (1815-1914).** Tradução de Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, v. II, 1974 - B. 207 p.

ROBESPIERRE. In: **BBC History** Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/history/historic\\_figures/robespierre\\_maximilien.shtml](http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/robespierre_maximilien.shtml)> Acesso em: 20 Julho 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, p. 1371, 01 Dezembro 2012. Disponível em: <[http://www.amazon.com.br/Do-Contrato-Social-ebook/dp/B00AGZDZNS/ref=pd\\_rhf\\_gw\\_p\\_t\\_1\\_PJVB](http://www.amazon.com.br/Do-Contrato-Social-ebook/dp/B00AGZDZNS/ref=pd_rhf_gw_p_t_1_PJVB)>. Acesso em: 08 Janeiro 2013. Edição digital.

TUCÍDIDES. In: PINSKY, Jaime. **100 textos de história antiga.** 9ª. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 94 - 96

UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **O Mundo em 2013: Factos e Números TIC**, 2013. Disponível em: <<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2013.pdf>>. Acesso em: 20 Janeiro 2013.

VEJA. **WIKILEAKS**, 10 Julho 2010 - A. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/tema/wikileaks>>. Acesso em: 05 Maio 2011.

\_\_\_\_\_. **REVOLTA NO EGITO**, 27 Novembro 2010 - B. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/tema/revolta-no-egito>>. Acesso em: 05 Maio 2011.

## APÊNDICES

### APÊNDICE - A / CRONOLOGIA DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Ano	Dia/mês	Fato Histórico
1788	8 de agosto	Luís XVI concorda em convocar os Estados Gerais, que não se reuniam desde 1614.
	21 de setembro	O Parlamento de Paris recomenda que os Estados Gerais adotem os mesmos procedimentos de deliberação usados até 1614.
1789	5 de maio	Início das atividades dos Estados gerais em Versalhes.
	17 de junho	O Terceiro Estado decide intitular-se Assembleia Nacional.
	11 de julho	Luís XVI demite o ministro Necker.
	14 de julho	Queda da Bastilha.
	5 e 6 de outubro	“Dia de Ouro”, multidão marcha de Paris a Versalhes para obrigar a família real a residir na capital.
1790	12 de julho	Constituição civil do Clero.
	27 de novembro	Decreto exige juramento de lealdade do Clero.
1791	20 de junho	Luís XVI tenta fugir disfarçado.
	1 de Outubro	Início das atividades da recém-eleita Assembleia Legislativa.
1792	20 de abril	Declaração de guerra contra a Áustria.
	20 de junho	Multidão invade o palácio das Tulherias
	10 de agosto	Insurreição em Paris e ataque às tolherias levam à suspensão do rei
	2 de setembro	Perda da cidade de Verdun para o exército prussiano.
	2 a 6 de setembro	Assassinato de prisioneiros no “Massacre de Setembro”.
	21 de setembro	Convenção Nacional recém-eleita reúne-se pela primeira vez e extingue a monarquia.

Ano	Dia/mês	Fato Histórico
1793	14 a 17 de janeiro	Votação no julgamento de Luís XVI.
	21 de janeiro	Execução de Luís XVI.
	1º de fevereiro	Declaração de guerra ao Reino Unido e à República Holandesa.
	10 de março	Criação do Tribunal Revolucionário.
	27 de julho	Robespierre é eleito para o Comitê de Segurança Pública.
	5 de setembro	Manifestação na convenção põe o “terror” como ordem do dia.
	5 de outubro	Adoção do calendário revolucionário.
	16 de outubro	Execução de Maria Antonieta.
1794	4 de fevereiro	Abolição da escravidão nas colônias francesas.
	13 a 24 de março	Prisão, julgamento e execução de “hebetistas”
	30 de março a 5 de abril	Prisão, julgamento e execução de “dantonistas”.
	8 de junho	Festival do Ser Supremo.
	27 de julho	“O nove termidor” Prisão de Robespierre, Saint-just e seus partidários (executados 28 e 29 de julho).
	12 de novembro	Fechamento do Clube Jacobino de Paris.
	24 de dezembro	Abolição do teto de preços.

Ano	Dia/mês	Fato Histórico
1795	1 e 2 de abril	Revolta popular em Paris.
	20 a 30 de maio	Segunda revolta popular, também fracassada.
	Maio a junho	“Terror Branco” no Sul contra ex-terroristas.
	22 de agosto	Convenção aprova a constituição do ano III.
	5 de outubro	Derrota da insurreição de direita em Paris contra nova Constituição.
	26 de outubro	Começa o governo do Diretório, após eleições do ano IV.
1796	Abril a outubro de 1797	Sucessão de vitória de Bonaparte na Itália.
1797	Março a abril	Eleições do ano V registam ganhos dos realistas.
	27 de maio	Execução de Babeuf.
	4 de setembro	“Golpe do 18 frutidor”, ano V expurgando legislatura de supostos realistas.
1798	Março a abril	Eleições do ano VI marcam ressurgimento jacobino.
	11 de maio	“Golpe do 22 Floreal, ano VI” contra jacobinos nos conselhos.

<b>Ano</b>	<b>Dia/mês</b>	<b>Fato Histórico</b>
	Maio a outubro 1799	Bonaparte no Egito e Oriente Médio.
1799	9 e 10 de novembro	Golpe de Bonaparte “Golpe do 18 Brumário”
1830	Julho	Rebelião de 1830.
1848	Fevereiro	Rebelião de 1848.

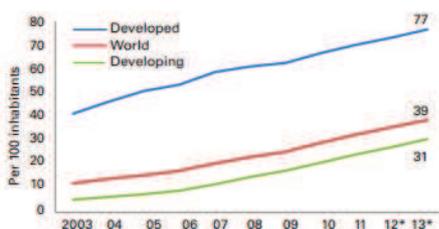
## ANEXOS

### ANEXO – A / POPULAÇÃO MUNDIAL QUE ESTÃO ONLINE.

#### 2.7 BILLION PEOPLE – ALMOST 40% OF THE WORLD'S POPULATION – ARE ONLINE

In developing countries, 16% fewer women than men use the Internet

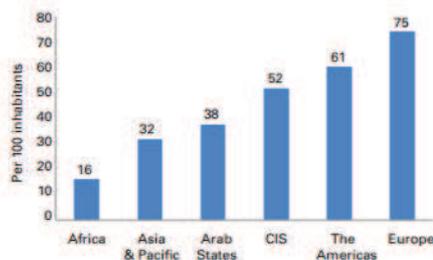
Internet users by development level, 2003-2013\*, and by region, 2013\*



Source: ITU World Telecommunication (ICT) Indicators database  
Note: \* Estimate

In 2013, over 2.7 billion people are using the Internet, which corresponds to 39% of the world's population.

In the developing world, 31% of the population is online, compared with 77% in the developed world.



Europe is the region with the highest Internet penetration rate in the world (75%), followed by the Americas (61%).

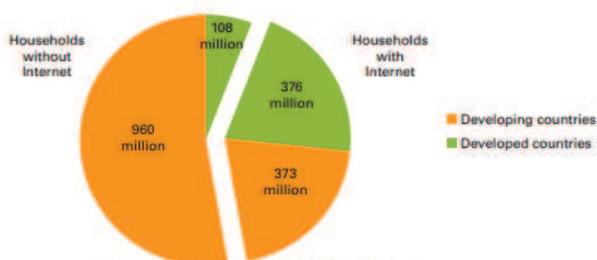
In Africa, 16% of people are using the Internet – only half the penetration rate of Asia and the Pacific.

(UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, 2013)

### ANEXO – B / DOMICÍLIOS CONECTADO À INTERNET

#### 750 MILLION HOUSEHOLDS – 41% GLOBALLY – CONNECTED TO THE INTERNET

Households with Internet access, 2013\*



Source: ITU World Telecommunication (ICT) Indicators database  
Note: \* Estimate

In 2013, 41% of the world's households are connected to the Internet. Half of them are in the developing world, where household Internet penetration has reached 28%.

In the developed world, 78% of all households are connected to the Internet.

90% of the 1.1 billion households not connected to the Internet are in the developing world.

(UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, 2013)

## **PROTESTOS MOSTRAM DESCOMPASSO ENTRE 'SOCIEDADE 3.0' E 'GOVERNO 1.0', DIZ ANALISTA.**

Redes sociais revelaram descompasso entre governo e aspirações sociais, diz Lemos

**O papel das redes sociais na articulação dos protestos de rua – na promoção de diferentes temas da agenda das manifestações e no ato de convocar os jovens – mostrou que o Brasil conta com "uma sociedade 3.0, mas com um governo 1.0". Essa é a opinião de Ronaldo Lemos, representante do MIT Media Lab e coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas.**

Em entrevista à BBC Brasil, o escritor e acadêmico afirmou que os protestos populares mostraram que "as demandas que surgem na internet são legítimas, que elas deveriam influenciar o Congresso e o Executivo da mesma forma que a mídia exerce influência sobre pautas de políticas públicas".

Mas os protestos e a indiferença das autoridades em relação às redes sociais, comenta, também mostraram um grande descompasso entre as demandas da sociedade brasileira e as respostas das autoridades brasileiras.

"O momento atual oferece uma oportunidade muito grande para o governo entrar nesse diálogo, mas governo e sociedade estão divorciados nesse momento."

Leia a seguir a entrevista.

**BBC Brasil - Durante a Primavera Árabe, países como o Egito chegaram a bloquear o acesso à internet, o que dificultou a mobilização de manifestantes. Mas, no Brasil, a internet é livre, e as redes sociais tiveram um papel importante na convocação de protestos. O movimento no Brasil teria sido mais resultado das redes sociais do que a Primavera Árabe?**

**Ronaldo Lemos** - As redes sociais tiveram um papel importante em todos esses movimentos. No Brasil, ficou claríssimo que a internet virou o fórum de discussão sobre o que está acontecendo. Não só isso. Ela é o fórum de articulação dos encontros e das manifestações que estão ocorrendo. Ela está cumprindo uma expectativa que já existia há algum tempo, de ser um canal onde as pessoas procuram manifestar frustrações que elas não conseguem há anos expressar na esfera política, expressar uma vontade de participar na esfera pública que o sistema político há anos deixou de conseguir canalizar. Isso é o mais importante que está acontecendo.

**BBC Brasil - Foi graças às redes sociais que essas manifestações passaram do mundo virtual para o mundo real?**

**RL** - Exatamente. Esse modelo de manifestação circula como se fosse um meme (como são conhecidos os links, imagens, vídeos ou hashtags que se tornam virais ao serem amplamente compartilhados nas redes sociais). Meme é a peça de informação que circula um pouco por imitação (...), é uma forma de comunicação por excelência da rede. Agora, a influência (das manifestações) veio da Turquia, e antes, o que aconteceu da Espanha. No Brasil, essas foram influências muito importantes na ideia desse modelo de como se manifestar, de como ir para as ruas. Ele acabou sendo muito importante para o que está acontecendo agora. O estopim veio do Movimento Passe Livre, até porque, a meu ver, a agenda do transporte público materializa toda a questão da falta de gestão pública, a vontade de ocupar a cidade, a possibilidade de se deslocar de uma ponta a outra sem o sacrifício de tempo ou de dinheiro. Esse movimento foi percebido como uma síntese de todas as coisas que o país vive, de todas as crises de governabilidade que o país vive, e aí escalonou para uma dimensão maior, justamente graças ao debate que começou nas redes sociais.

**BBC Brasil - Falando em frustração, existe o risco de as redes sociais passarem de uma posição de protagonismo e vetor para um instrumento inócuo quando o movimento fica difuso demais?**

**RL** - Eu acho que não. As redes sociais se tornaram o principal fórum para esse debate. As pessoas que participaram das manifestações ligam a TV e veem os mesmos comentaristas falando sobre o que aconteceu. Daí, vão para a internet e passam três, quatro horas checando o que seus amigos estão falando sobre a mesma questão no Twitter e no Facebook. As pessoas agora estão se dedicando a discutir e a analisar o que está acontecendo. Há um momento de reflexão. As pessoas estão fazendo um balanço sobre quais os limites e quais as garantias democráticas que não podem ser abaladas. Há uma busca por outras agendas que podem se tornar centrais. As pessoas estão buscando novas agendas que podem gerar consenso. Não acho que o papel das redes sociais se enfraquece. Pelo contrário. Hoje está havendo um debate sobre o que aconteceu e quais os próximos passos.

(GARCEZ, 2013)